

A Vinha e o Vinho na Região Centro

Cadernos temáticos

DRAPCentro

CADERNOS TEMÁTICOS DRAPCentro

nº2 | janeiro de 2023

Diretor

Fernando Martins

Autor deste número

José Paulo Dias

Fotos

Arquivo DRAPCentro; CEVDão; Pixabay

Edição

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
Rua Amato Lusitano, lote 3
6000-150 Castelo Branco
drapc@drapc.gov.pt | www.drapc.gov.pt

edição eletrónica

www.drapc.gov.pt/base/cadernos.php

Cadernos temáticos DRAPCentro

A Vinha e o Vinho na Região Centro



Editorial	3
1. Enquadramento evolutivo da cultura da vinha	5
2. Situação atual	7
2.1 MUNDO	7
2.1.1 Área de vinha no mundo	7
2.1.2 Produção, consumo e comércio de vinho no mundo	10
2.1.3 Produção e consumo de vinho espumante no mundo	12
2.2 PORTUGAL	14
2.2.1 Enquadramento evolutivo	14
2.2.2 A vinha em Portugal	17
2.2.3 A produção de vinho em Portugal	20
2.2.4 Consumo de vinho em Portugal	20
2.2.5 Comércio externo do vinho Português	21
2.2.6 Vinho espumante em Portugal	21
2.3 Território da DRAPCentro	24
2.3.1 A vinha no território da DRAPCentro	24
2.3.2 Reestruturação e reconversão da vinha na DRAPCentro	26
2.3.3 A produção de vinho no território da DRAPCentro	27
2.3.4 Comércio dos vinhos produzidos no território da DRAPCentro	29
2.4 Referências bibliográficas e outras	31

Editorial

Damos, com este segundo número dos Cadernos Temáticos, continuidade ao compromisso que assumimos de constituir este instrumento como um elemento de transmissão de conhecimento, mas também discussão e debate sobre a evolução de um determinado setor na região.

Uma região e um setor que não reconheçam a sua história dificilmente projetarão a sua identidade no futuro. A riqueza desse conhecimento e dessa história é hoje um elemento fundamental de diferenciação num mercado tão competitivo como é o do vinho.

A evolução das últimas três décadas, avaliada em termos meramente estatísticos, pode conduzir-nos a uma percepção distorcida sobre a evolução do setor. Com efeito, apesar das áreas e do volume de produção terem uma tendência de decrescimento ou mesmo de estabilização, o progresso do setor em termos de evolução na vinha e na transformação foi notabilíssima. Disso são exemplo o trabalho dos produtores engarrafadores e o impulso que deram ao setor, em termos de competitividade e inovação, sem esquecer o importantíssimo trabalho das adegas cooperativas e o impacto que tiveram na manutenção e fixação de milhares de famílias, em territórios que doutro modo se encontrariam numa situação de sustentabilidade mais precária.

A atividade vitivinícola representa um dos setores mais importantes no panorama da produção primária da região centro, pelo seu contributo para criação de riqueza e desenvolvimento sustentável, associado ao enoturismo e às diferentes redes de amenidades de que o território dispõe, sobretudo os de baixa densidade.

Para esta evolução, muito tem contribuído as políticas públicas que, de uma forma consistente e continuada e ao longo dos últimos quadros comunitários de apoio, tem permitido a renovação das vinhas, da qual o programa "Vitis" é um eloquente exemplo; a modernização das adegas e todo o financiamento que tem contribuído para a revitalização do setor. Muito se deve também ao trabalho desenvolvido na diferenciação e valorização dos vinhos, com Identificação Geográfica e Denominação de Origem que as Comissões Vitivinícolas Regionais têm promovido.

Contudo, o setor e a região, cujo enorme potencial se traduz no reconhecimento cada vez mais notório da elevada qualidade dos vinhos aqui produzidos, enfrentam um conjunto significativo de desafios que devem superar, encontrando as melhores estratégias para tal.

O primeiro, e mais exigente, será traduzir em valor o que a qualidade intrínseca dos nossos vinhos já hoje ostenta, através da sua valorização nos mais exigentes concursos mundiais.

O segundo grande desafio, e que é o tema do momento, é o da sustentabilidade. Questões como as consequências e os impactos das alterações climáticas no setor; os compromissos do pacto ecológico que nos impõem reduções de fertilizantes de síntese e pesticidas, com metas muito exigentes; e, finalmente, a exigência cada vez maior, por parte dos consumidores, de informação sobre o modo de produção, e a sua sustentabilidade e, sobre as garantias de segurança alimentar, plasmada na já familiar estratégia definida pela Comissão Europeia – *do prado ao prato*.

O terceiro desafio a que o setor terá de responder é o da capacidade de comunicação com o consumidor e cidadãos em geral e que são cada vez mais urbanizados e por isso necessitamos de os trazer "a casa" para os fidelizar e ligar emocionalmente ao produto vinho e a todo o glamour que o envolve.

Queremos, enquanto serviço público, ser parte da equação na procura da solução certa. Em primeiro lugar, no tratamento mais eficiente e próximo dos instrumentos de política pública a disponibilizar ao setor. Em segundo lugar, na disponibilização ao setor dos Polos de Inovação que estamos a requalificar: na Estação Vitivinícola da Bairrada, em Anadia – dedicado ao espumante e no Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, em Nelas, naturalmente integrando redes de conhecimento que constituem hoje a forma mais eficiente de dar resposta à multiplicidade de problemas que se colocam, potenciando a procura de soluções para os mesmos.

FERNANDO MARTINS

Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro



1. Enquadramento evolutivo da cultura da Vinha

Os frutos da videira foram consumidos em fresco e em passa desde tempos imemoriais. O vinho, produto da fermentação das uvas, foi descoberto posteriormente, certamente, de forma acidental. A transformação das uvas em vinho, realizada pelos povos neolíticos da Transcaucásia, remontará a cerca de 10 mil anos (Amaral, 1994).

Após o processo de sedentarização do Homem, com o cultivo e a domesticação das primeiras plantas e animais, também a *Vitis Vinifera ssp. Silvestris* foi objeto de atenção, devido aos seus agradáveis frutos. Através de cruzamentos naturais e devido a um processo de seleção provocado pelo próprio Homem, surgiu a *Vitis Vinifera subsp. Vinifera* (Togores, 2019), há cerca de 8.000 anos (Galet, 1993).

A videira é um arbusto pertencente à família das Vitáceas e ao género *Vitis*. O primeiro fóssil foi encontrado na região de Reims (França) e remonta à época do Eocénico, ou seja, 54-55 milhões de anos (Magalhães, 2015). Em Portugal, o vestígio fossilizado mais antigo foi descoberto em Silveirinha, Coimbra, e é datado de há 53 milhões de anos (Antunes, 2003).

Há cerca de 25-26 milhões de anos, ainda no período Terciário, na época do Oligocénico, após algum alívio das condições climáticas, deu-se a expansão da *Vitis* (*Vitis Praevinifera*), da qual se encontraram fósseis em Ardèche, França (Amaral, 1994). Em Portugal, do período Terciário e da época do Miocénico, foram encontrados vestígios de *Vitis* na Póvoa de Santarém, com 13 milhões de anos (Pais, 1978).

Durante as glaciações do período Quaternário, a *Vitis* refugiou-se em locais mais quentes a norte da bacia Mediterrânea e junto aos mares Negro e Cáspio (Togores, 2019). Terminadas as últimas glaciações deste período, na época do Pleistocénico, surgiu a *Vitis Vinifera ssp. Silvestris*, de que são exemplo os vestígios encontrados em Marrazes (Leiria), com cerca de um milhão de anos e, com idade mais recente, em Condeixa (120 – 300 mil anos) e, de novo em Marrazes (80 -120 mil anos) (Pais, 1986).

Crê-se que o cultivo da videira teve origem no Cáucaso, onde inicialmente encontrou condições climatéricas mais favoráveis, protegida dos ventos gélidos do Norte. Os

indícios mais antigos da cultura da vinha foram encontrados em Chokh (Cáucaso), e remontam a cerca de 5000 anos A.C. (Togores, 2019). Foram descobertos vestígios de uma adega antiga, com utensílios para a elaboração de vinho, uma prensa, restos de videira e graínhas, no sudeste da Arménia, que datam de 4100 anos A.C. (Togores, 2019).

Também se encontraram na Mesopotâmia vestígios escritos relacionados com a cultura da vinha. A cultura foi sendo introduzida noutros territórios para além da Mesopotâmia - Geórgia, Palestina, Trácia, Síria, Fenícia, Grécia e Egipto - através da migração dos povos da Transcaucásia. Há cerca de 3.000 anos A.C. a vinha era muito importante nestas culturas (Amaral, 1994). São desta época as ânforas encontradas na tumba do rei Scorpion I (primeira Dinastia do Egipto), assim como os primeiros vestígios de grainhas de videira descobertas em Nagada (Egipto). Pensa-se que o vinho consumido no Egipto vinha essencialmente de fora, apesar de se cultivarem videiras no delta do Nilo. Presume-se que os vinhos produzidos seriam de má qualidade (Togores, 2019).

Provavelmente esta cultura já era conhecida e cultivada de forma rudimentar pelos povos da bacia Mediterrânea, mas terão sido os Fenícios e, mais tarde, os povos Egeus que a difundiram por todo este território (Togores, 2019). Os Fenícios, que foram um povo mercantil, aprenderam a cultivar a vinha com o povo vizinho, os Hebreus, disseminaram-na conjuntamente com os Gregos pelas regiões do mar Egeu e Mediterrâneo, chegando até à Península Ibérica. Certamente os povos do Mediterrâneo aprenderam a saborear o vinho com os Gregos e com os Fenícios e, posteriormente, aprenderam a produzi-lo nas suas próprias terras (Togores, 2019). Os Gregos dedicaram-se à cultura, aperfeiçoando as práticas de preparação do solo, de condução da vinha e de organização da cultura na parcela.

A Península Ibérica terá sido a última região onde os Fenícios e os Gregos difundiram a cultura da vinha.

Do ponto de vista agronómico, podemos considerar que a cultura da vinha nasceu na Grécia há 4.000 anos, mas foram os romanos que a desenvolveram com introdução de novas técnicas vitícolas e enológicas e as difundiram e consolidaram na Península Ibérica, França e centro da

Europa (Magalhães, 2015). Os romanos introduziram a prensa simples e de parafuso e o uso de ânforas para fermentação, conservação e transporte (Amaral, 1994).

Desde 3.000 A.C. que existem indícios de cultivo da videira na Península Ibérica pelos povos ibéricos – Iberos e Celtas – sendo mais tarde aprofundada pelos comerciantes Fenícios e Gregos, entre os séc. IX e VIII A.C. (Togores, 2019). Posteriormente, com os Romanos, a cultura da vinha permaneceu e desenvolveu-se na Península, até às invasões dos povos bárbaros - Alanos, Vândalos e Suevos, em meados do séc. III e no começo do séc. V. Uns anos mais tarde, chegam os Visigodos que, após dois séculos de lutas violentas, foram os herdeiros do Império Romano.

Estes povos adoptaram a civilização dos povos vencidos, cuja bebida favorita era o vinho, ao invés da cerveja e leite que habitualmente consumiam. Contudo, crê-se que os Visigodos já conheciam o vinho e até dominavam as técnicas de vasilhame de madeira que predominavam na Gália (Amaral, 1994).

O cristianismo chega à Península no séc. II contribuindo para a reabilitação de vinhas abandonadas em períodos de guerra, uma vez que o vinho era imprescindível para a prática da comunhão.

Por volta de 711 deu-se a invasão muçulmana. Apesar do Corão não permitir o consumo de bebidas fermentadas, o Emir de Córdova permitiu o consumo de vinho pelos cristãos e o consequente cultivo da vinha. Lisboa manteve o comércio de vinho nesta época. Terminado o período do Emirado de Córdova e com o domínio dos Almorávidas, a partir de 1086, e Almóadas a partir de 1146, houve uma aplicação mais rigorosa do Corão, dando origem, certamente, a uma retração da cultura da vinha, em especial no sul da Península (Amaral, 1994).

A vinha teve um novo impulso a partir do séc. XII, na Idade Média, com as Ordens Religiosas (Magalhães, 2015).

O período da Reconquista Cristã, levada a cabo a partir do norte da Península entre 718-722 e 1492, não foi propício ao desenvolvimento de culturas permanentes, em particular a vinha, que, por regra, era destruída na sequência das inúmeras escaramuças.

A primeira alusão à viticultura no território português surge no séc. II A.C. por Políbio e Estrabão, referindo que vinho era uma bebida das classes mais abastadas e consumida em dias de festa (Veiga Ferreira, 1973).

São conhecidas inúmeras lagaretas que remontam à Idade Média e alguns lagares romanos que evidenciam a tecnologia enológica praticada nestas épocas (Loureiro, 2001).

Voltando à génesis da videira, têm sido encontradas em Portugal populações de videiras selvagens *Vitis Vinifera ssp Silvestris*, o que contraria a hipótese de o início da cultura da vinha ter ocorrido somente no Cáucaso (Cunha, 2007). Esta descoberta demonstra que a vinha resistiu na Península Ibérica, protegida em zonas que não gelaram durante a glaciação e, aqui, pode ter sido domesticada pelo homem.

Testes de ADN realizados a videiras europeias e silvestres, em todos os países da Bacia Mediterrânea e da Ásia Central, confirmaram que existiu um pólo na Península Ibérica, uma vez que apresentam diferenças significativas em relação às videiras de origem Caucasiana (Graça, 2012). Em Portugal são hoje conhecidas várias populações de *Vitis Vinifera ssp Silvestris*, especialmente em regiões ribeirinhas. A domesticação da videira na Península Ibérica resulta da coabitAÇÃO e diversidade local entre plantas selvagens e variedades cultivadas (Cunha, 2021).

Também foi comprovado que este processo evolutivo deu origem, na Península Ibérica, a videiras diferentes a partir de videiras silvestres e que hoje constituem um dos patrimónios de biodiversidade mais importantes do mundo. Por esta razão podemos dizer que Portugal tem um património vitícola único. Estudos vieram confirmar que cerca de 70% das *Vitis Viniferas* ibéricas eram mais próximas das variedades Silvestris da Península Ibérica do que de outras com diversas origens, nomeadamente do Cáucaso (Arroyo-Garcia, 2006).

Portugal possui, pelo menos, 250 castas autóctones (Antero, 2021) e tem dedicado uma enorme atenção à conservação da biodiversidade da videira, sendo o país a nível mundial com o trabalho mais avançado e ímpar nesta matéria, corporizado na PORVID - Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira - e para o qual têm contribuído enormemente e de forma exemplar as Direcções Regionais de Agricultura, em particular a DRAPCentro. Esta biodiversidade permite uma maior diferenciação dos vinhos portugueses, sendo uma mais valia para a vitivinicultura nacional.

2. Situação atual

2.1 Mundo

2.1.1 Área de Vinha no Mundo

A área total de vinha no mundo tem um valor próximo de 7,3 milhões de hectares, sendo Espanha o país com maior superfície dedicada à cultura, com cerca de 964 mil hectares, seguida de França com 798 mil hectares e China com 783 mil hectares, segundo dados estimados para 2021 (OIV). Portugal aparece em nono lugar, com cerca de 192 mil hectares (IVV, 2021).

Globalmente, a área de vinha na União Europeia parece estar estabilizada próximo de 3,3 milhões de hectares, apesar da tendência de aumento de área em 2020, em

alguns países, a qual é compensada pela diminuição de área noutros, nomeadamente em países de leste. Esta estabilização resulta, em parte, da implementação do sistema de novas autorizações de plantação.

Países como a Turquia, os EUA, a África do Sul e outros da América do Sul têm tido uma tendência de diminuição da área de vinha, nestes últimos anos. A Austrália tem tido um comportamento estável e a Nova Zelândia uma tendência de aumento de área (OIV, 2021).

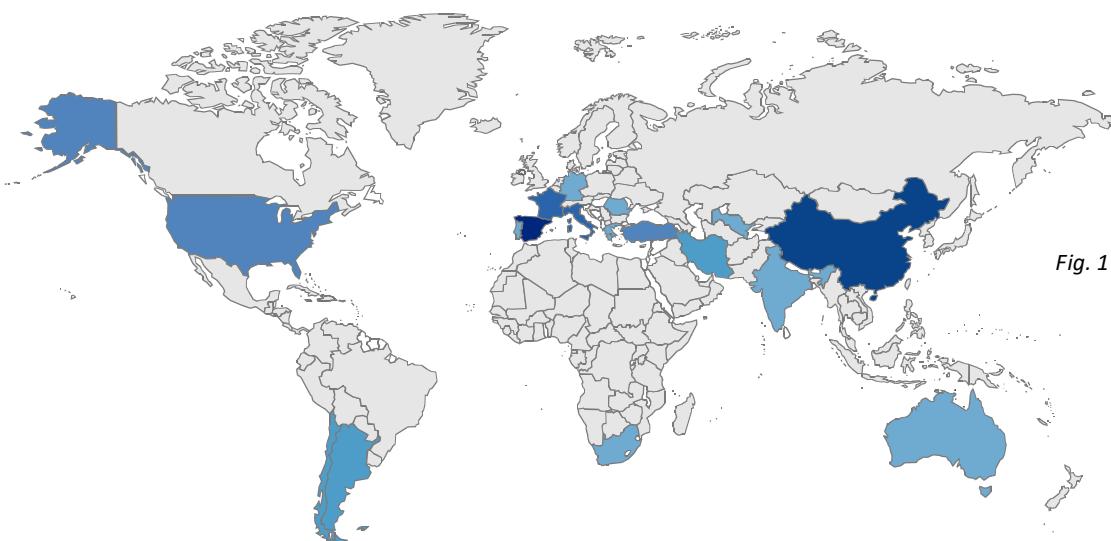


Fig. 1 - Países com área de vinha
> 100 000 hectares
(OIV, 2021)

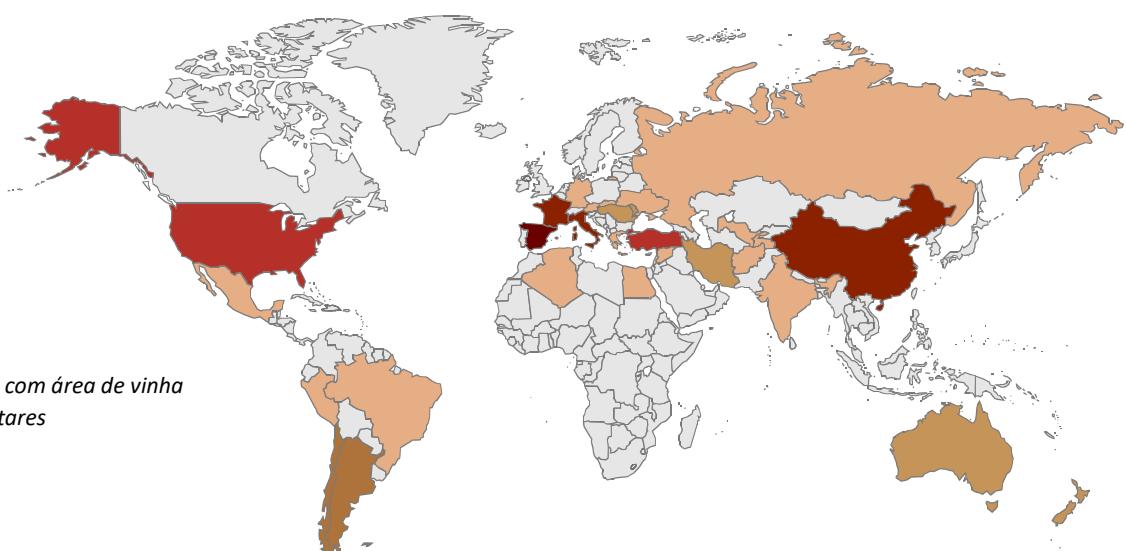


Fig 2 - Países com área de vinha
< 32 000 hectares
(OIV, 2021)

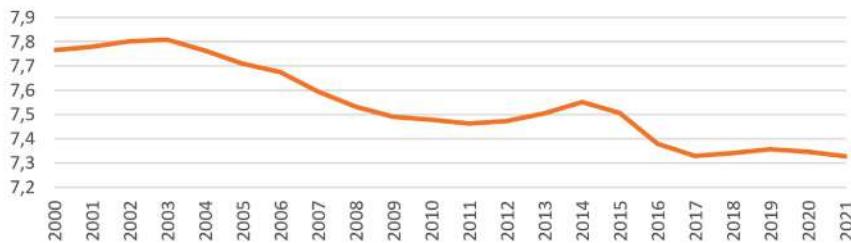


Fig. 3 - Área de vinha no mundo em milhões de ha (OIV, 2021)

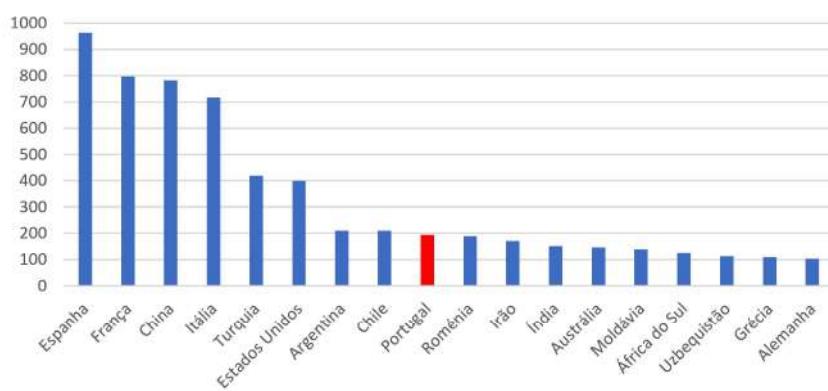


Fig. 4 - Países com maior área de vinha para produção de vinho, em hectares (OIV, 2021)

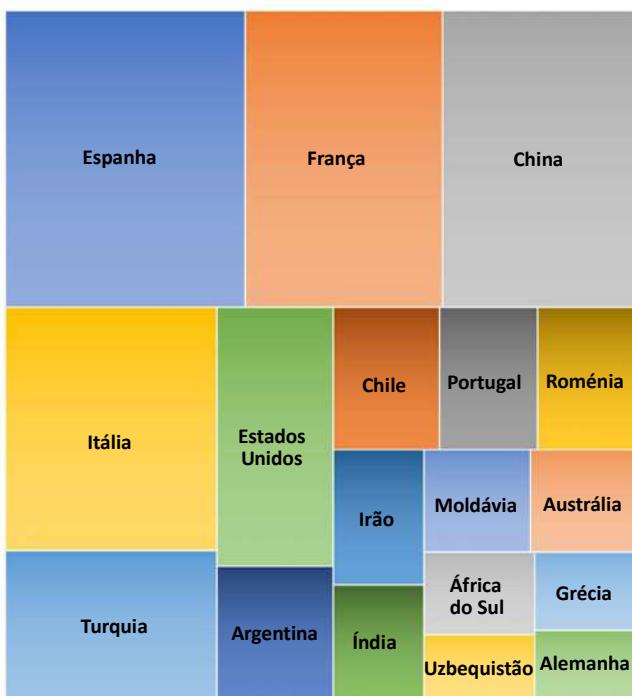


Fig. 5 - Países com maior área de vinha (OIV, 2021)



Segundo a OIV, verificamos que apenas 6 países são responsáveis por 56% da área total de vinha no mundo.

No que concerne à superfície mundial plantada com vinha dedicada à produção de uva de mesa, uva passa e uva para vinho, observamos que os maiores produtores de uvas são, por ordem decrescente, a China, os EUA e a Itália, aparecendo somente em quarto lugar a Espanha, país com maior área plantada de vinha para produção de vinho.

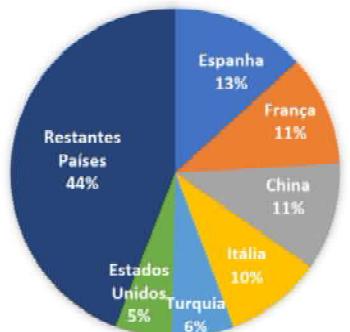


Fig. 6 - Área de vinha no mundo, em (OIV, 2021)

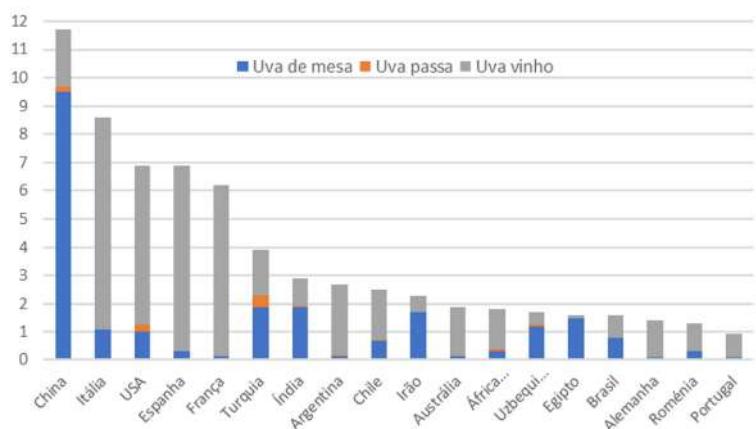


Fig. 7 - Países produtores de uvas em milhões de toneladas, 2018 (OIV)

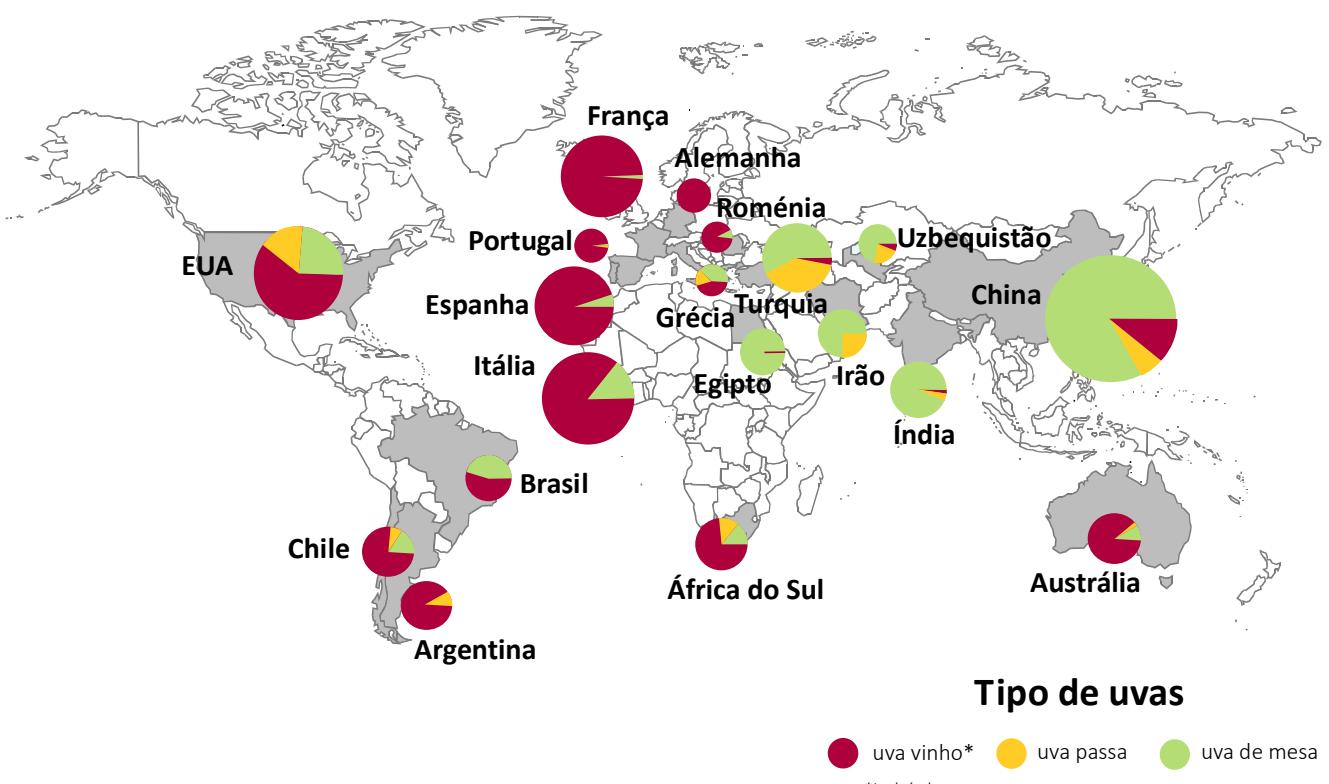


Fig. 8 - Países maiores produtores por tipo de uvas 2018 (OIV)

2.1.2 Produção, consumo e comércio de vinho no mundo

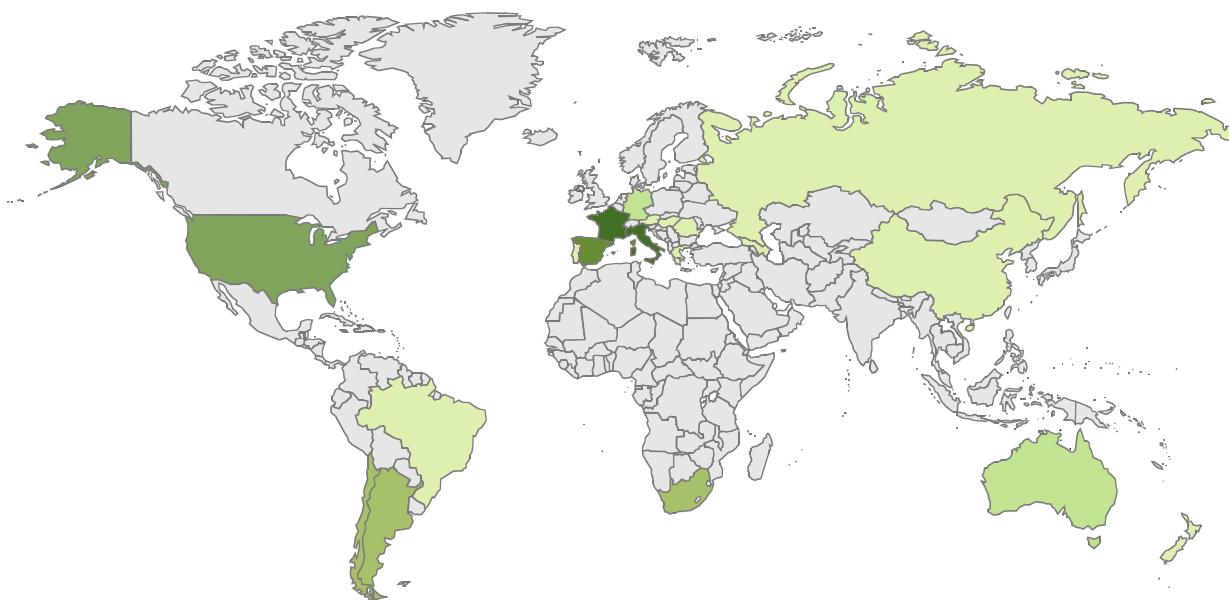


Fig. 9 – Países maiores produtores de vinho, média dos últimos cinco anos (OIV, 2021)

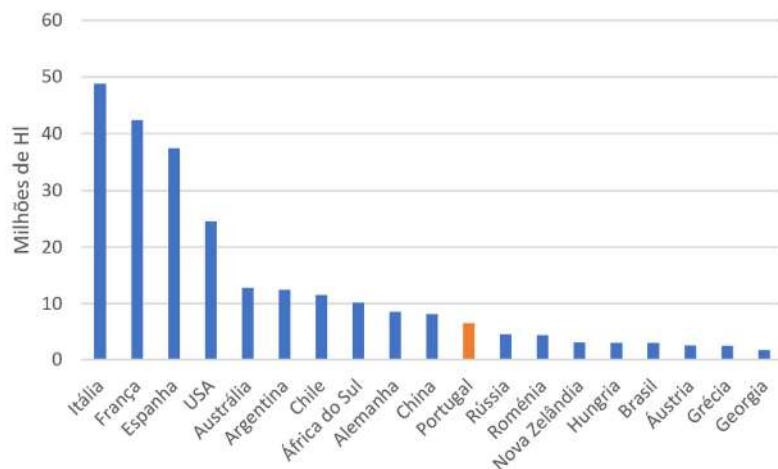


Fig. 10 – Países maiores produtores de vinho, média dos últimos 5 anos (OIV, 2021)

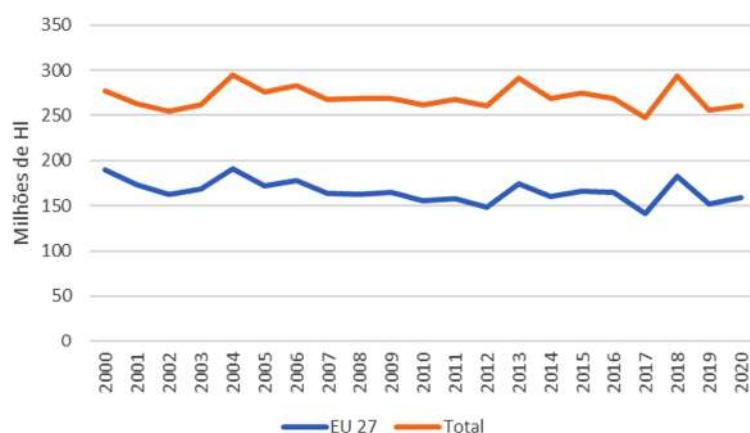


Fig. 11 – Produção de vinho no Mundo e na UE (OIV, 2022)

A média de produção mundial de vinho ronda os 270 milhões de hectolitros. Excetuando a elevada produção de 2018, verificamos que os valores de 2019 a 2021 se situaram abaixo da média, assim como a estimativa para o ano de 2022, com produção estimada entre os 257,5 e os 262,3 milhões de hectolitros. O mesmo se poderá afirmar em relação à produção na UE, com a produção de 2021 a situar-se abaixo da média europeia.

A produção mundial de vinho é sempre superior ao consumo. Esta realidade cria alguma incerteza e grande concorrência em relação ao mercado do vinho, refletindo-se no preço/lt e nas estratégias de promoção e diferenciação levadas a efeito pelos países produtores e exportadores junto dos consumidores e dos países importadores.

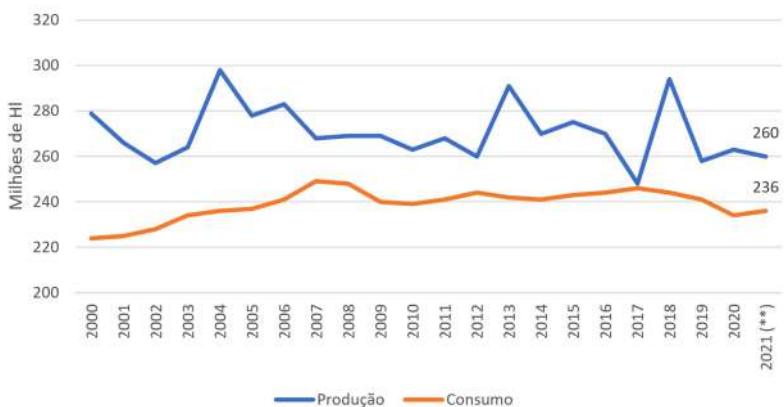


Fig. 12 – Produção e consumo mundial de vinho (OIV, 2022)

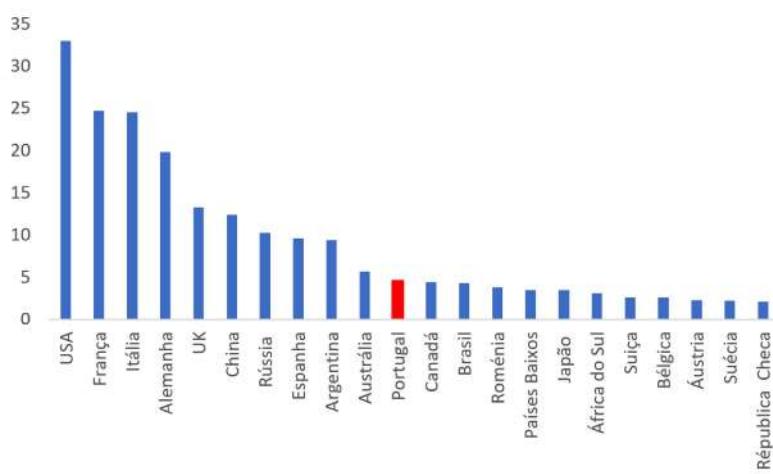


Fig. 13 – Consumo de vinho por País, em milhões de hectolitros (OIV, 2021)

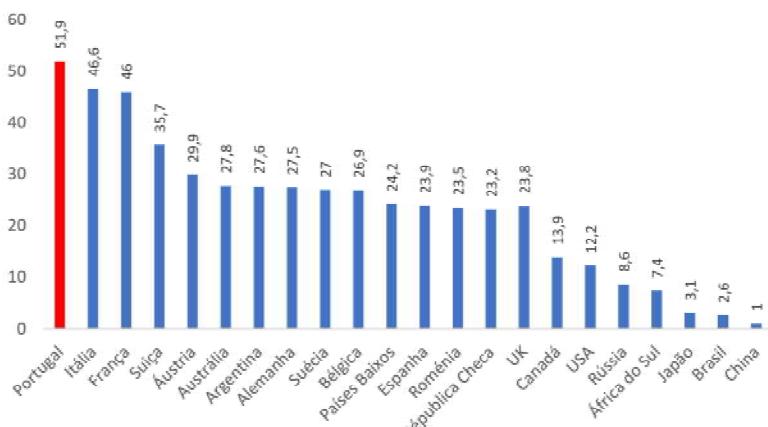


Fig. 14 – Consumo de vinho em lts per capita e por habitante com idade superior a 15 anos (OIV, 2021)

O consumo de vinho a nível mundial foi, para o ano de 2020, de 234 milhões de hectolitros (valor provisório), sendo os Estados Unidos o maior consumidor, seguido de França, Itália e Alemanha. Estima-se que o consumo mundial em 2021 seja de 236 milhões de hectolitros, o que representa um aumento de 0,7%, em relação a 2020. A União Europeia representa, no seu conjunto e para o mesmo ano, 48% do consumo mundial.

No que concerne ao consumo *per capita* considerado para habitantes com idade superior a 15 anos, e em 2021, a OIV identifica Portugal como o país com maior consumo, seguido de Itália e França.

Devido à crise pandémica, no ano de 2020, houve uma diminuição das exportações em volume e valor de 1,7% e 6,7%, respetivamente, em relação ao ano de 2019 (OIV). O mercado mundial de exportação rondou, em 2020, 106,9 milhões de hl e 29,7 biliões de euros, em volume e valor, respetivamente. O vinho engarrafado (tranquilo e espumante) representou, em 2021, 63% em volume e 91% em valor. Em 2021, houve uma retoma no mercado mundial do vinho com um aumento das exportações em 4% e 16% em volume e valor, respetivamente, ou seja, foram transacionados cerca de 111,6 milhões de hectolitros e 34,3 milhões de euros.



2.1.3 Produção e consumo de vinho espumante no mundo

Face à importância da produção de vinho no território de influência da DRAPCentro, em particular na região vitícola Beira Atlântico, fazemos uma pequena abordagem da produção, consumo e comércio deste vinho no Mundo.

2.1.3.1 Produção mundial de vinho espumante

A produção de vinho espumante tem vindo a aumentar continuamente ao longo dos anos, atingindo em 2018, mais de 20 milhões de hectolitros.

Os principais países produtores encontram-se na Europa e são Itália (27%), França (22%), Alemanha (14%) e Espanha (11%), que em conjunto são responsáveis por cerca de 70% da produção. O quinto maior produtor são os EUA (6%). Em 2018, os vinhos espumantes representaram 7% da produção mundial de vinho, sofrendo um aumento, em relação a 2002, de 57% (OIV, 2018).

No período de 2008 a 2018, a Itália foi o país que mais cresceu em produção de vinhos espumantes, passando de 3.º para 1.º produtor mundial, com um ritmo médio de crescimento de 9% ao ano. No mesmo período, outros países apresentaram crescimento positivo na produção desta categoria de vinhos, destacando-se Portugal (18%/ano), Brasil (7%/ano) e Austrália (3%/ano) (OIV, 2018).

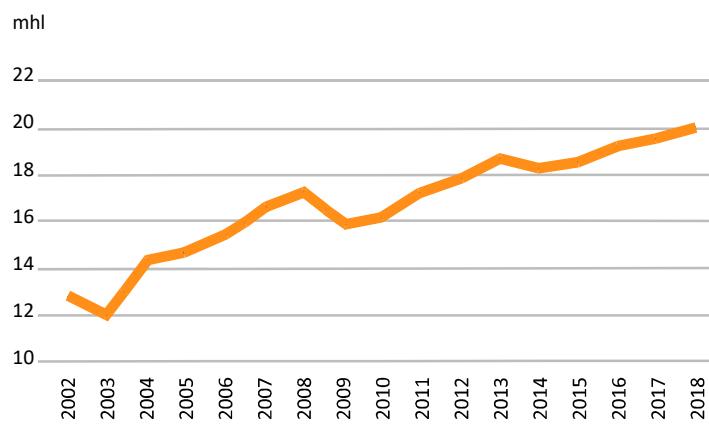


Fig. 15 – Evolução na produção de vinho espumante (OIV)

2.1.3.2 Consumo mundial de vinho espumante

O consumo do vinho espumante tem vindo a aumentar significativamente, apresentando no ano de 2018 um consumo acima de 19 milhões de hectolitros. Representa, para esse ano, 8% do consumo total de vinho, enquanto em 2002 se cifrava em 5% (OIV). Este aumento resulta, por um lado, dumha alteração de consumo desta categoria de vinho, deixando de ser uma bebida somente de eventos comemorativos para ser também uma bebida de consumo generalizado e, por outro lado, de uma maior oferta, com a generalidade das regiões produtoras de vinhos a apresentarem espumantes de várias categorias e preços. Por ordem decrescente, os países com maior consumo são Alemanha (3,2 milhões de hl), França (2,6 milhões de hl), EUA (2,6 milhões de hl), Rússia (1,6 milhões de hl) e Itália (1,6 milhões de hl), os quais coincidem, genericamente, com os países produtores, excetuando a Rússia (OIV, 2018).

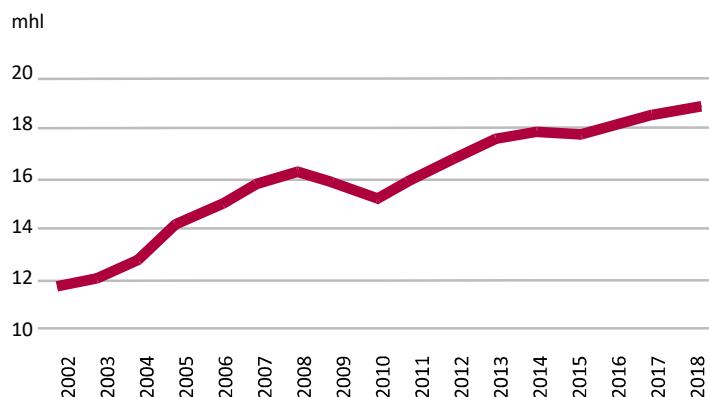


Fig. 16 – Consumo mundial de vinho espumante (OIV)

2.1.3.3 Comércio mundial de vinho espumante

Correlacionado com a produção e consumo, também o comércio externo de espumantes tem crescido de forma sustentada, apresentando em 2018 um volume de exportação de 8,9 milhões de hl, o que corresponde a 9% do volume total da exportação de vinho e 6,2 biliões de euros, representando cerca de 20% em valor de todo o vinho exportado.

A Itália, a França e a Espanha são responsáveis por 85% do vinho exportado mundialmente, em 2018. A Itália exportou 3,9 milhões de hl em volume e 1,5 biliões de euros em valor, onde o Prosecco teve um peso de 65%. A França exportou 1,9 milhões de hl em volume e 3 biliões de euros em valor, onde o Champagne representou 58% deste volume. A Espanha exportou 88% da sua produção o que corresponde a 1,8 milhões de hl em volume e 0,5 biliões de euros em valor.

Em 2018, os maiores importadores em volume de vinhos espumantes foram o Reino Unido, os EUA, a Alemanha, a Bélgica e a Rússia. Em valor, foram os EUA, o Reino Unido, o Japão, a Alemanha e Singapura.



2.2 Portugal

2.2.1 Enquadramento evolutivo

Portugal, fundado em 1143, libertou-se totalmente dos muçulmanos em 1249 com a reconquista do Reino do Algarve. A vinha era bastante importante nesta época. São conhecidos inúmeros documentos medievais do séc. XII de benfeiteiros que doaram terras com vinhas às ordens religiosas. Após a Reconquista, houve a preocupação de povoar o território, conforme documentos da época que referem aforamentos de terras de floresta e matagal para cultivo, nomeadamente com vinha.

Entre os séculos XII e XIII, o vinho foi certamente o mais importante produto de exportação. No séc. XIV, o Algarve era uma importante região de exportação de vinho. Os forais afonsinos de várias cidades desta região atestam essa importância no séc. XIII (Amaral, 1994). Nesta época, são conhecidas as atividades exportadoras de vinho de vários portos do território nacional.

Desde 1354 que se exportava, a partir do Porto para a Flandres, vinho produzido na região do Porto e na região do Douro. É conhecido um registo de exportação de vinho do porto de Buarcos, talvez para França, em 1361 (Amaral, 1994).

Lisboa foi um importante centro de exportação de vinho entre os séc. XII e XV.

Crê-se que após o tratado de comércio com Inglaterra, em 1353, os ingleses começam a tomar contacto com o vinho português. A partir de 1360, navios ingleses aportam na nossa costa para comercializar ouro e tecidos e adquirir vinho e sal. Começam a fomentar a produção de vinhos licorosos para substituir os vinhos do Peloponeso, Creta e Chipre, que tinham custos de transporte mais elevados (Amaral, 1994).

O incremento da área da vinha é mais evidente a partir do século XVI, principalmente junto aos aglomerados urbanos e próximo de portos de embarque, o que facilitava a exportação e, posteriormente, em todo o país, facilitado pelas vias de comunicação (Freire, 2010).

Existem várias referências ao comércio de vinho no território nacional assim como à existência de vinhas junto às povoações, nos séc. XVI e XVII.

A Madeira foi um dos mais importantes mercados do açúcar do Atlântico até meados do século XVI. Com o declinar deste comércio surge o comércio do vinho pela mão do Infante D. Henrique, que introduziu a vinha na Ilha. Rapidamente este vinho ganhou fama e começou a ser exportado principalmente para Inglaterra.

A partir do século XVI, já se distinguem no Douro os vinhos de embarque, carreção e os aromáticos, embora não sendo ainda designados “vinho do Porto”. Os vinhos do Douro começam a ter expressão nas exportações para Inglaterra no início do século XVII. A designação de “vinho do Porto” aplicada aos vinhos do Douro surge pela primeira vez em 1675 (Amaral, 1994).

É assinado no início do século XVIII (1703) o tratado de Methuen com o objetivo de ajudar a estabelecer relações comerciais entre a Inglaterra e Portugal. O tecido de lã inglês era importado com isenção de direitos e, em troca, os vinhos portugueses eram exportados para a Inglaterra beneficiando de uma redução de um terço nas taxas, relativamente aos vinhos importados de França. Estas trocas tiveram influência no desenvolvimento da indústria portuária. Como a Inglaterra estava em guerra com a França, facilitou a exportação de vinho do Porto. Amaral (1994) refere que alguns autores consideram que o tratado não teve influência no aumento na exportação total de vinho para Inglaterra porque, embora aumentasse a exportação de Porto, diminuiu as exportações de outros vinhos de outras regiões, nomeadamente o que era conhecido por Lisboa.

A vitivinicultura no século XVIII foi muito marcada pela ação do Marquês de Pombal, fundamentalmente para resolver as crises do vinho do Porto.

A vinha foi sempre uma cultura importante para o país e, muitas vezes, associada a riqueza. Contudo, ao longo dos anos, o sector sofreu várias crises que se refletiram na superfície ocupada pela vinha.

No século XVII, a expansão da vinha continuou, devido à procura de vinhos por parte do Brasil e do Reino Unido. Esta tendência manteve-se no século XIX, com o aumento da procura proveniente de mercados externos, beneficiando de uma diminuição de produção de outros países produtores, alvos de novas pragas e doenças nas vinhas, em especial no final do século. Nesta época, a cultura da vinha era relativamente rentável, o que estimulou o seu crescimento, alavancado pela exportação.

Mesmo nos anos de aparecimento do oídio (meados do século XIX) e da filoxera (meados da década de 1860), essa expansão manteve-se, diminuindo somente no final do século, com o aparecimento do míldio (Freire, 2010). Segundo David Justino, por exemplo, com o oídio, os preços sobem de 1849 até 1856/7 e descem até 1871 e, com a filoxera, começam de novo a subir nesse ano de

1871 até 1878, descendo até um mínimo em 1888. Esta última subida foi reflexo da procura francesa, o que originou uma resposta da viticultura portuguesa com a plantação de mais vinhas. A viticultura francesa recuperou da filoxera e as exportações portuguesas caíram, no final de oitocentos e início do século seguinte, não sendo compensadas com outros destinos. Surgiu assim uma crise da produção acompanhada de diminuição de preço e de crise social na lavoura.

Com a introdução da enxertia da videira europeia em bacelo americano, para combater a filoxera, deu-se um reordenamento da vinha, houve um aumento da produtividade e, consequentemente, da produção nacional. Nessa época, a vinha era mais rentável que os cereais, ocupando uma fatia substancial da população ativa, que se calculava em cerca de 70%, no sector primário (Freire, 2010). No entanto, esta preocupação com a produção quantitativa de vinho indiferenciado não foi acompanhada dumha preocupação com a qualidade, apesar das excelentes condições edafoclimáticas do país para a cultura da vinha. No final do século XIX e inícios do século XX, a cada vez maior dificuldade de escoamento destes vinhos indiferenciados gerou uma crise comercial, agravada pela existência de fraudes nos vinhos do Porto, factos que impulsionaram uma discussão em Portugal sobre a introdução de medidas que promovessem a qualidade dos vinhos, tal como aconteceu noutras países.

É neste contexto que surgem as primeiras regiões demarcadas, após a primeira delimitação da região do Douro, decretada por ordem do Marquês de Pombal, que instituiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Com esta regulamentação pretendeu-se melhorar a genuinidade dos vinhos. O Decreto de 1 de outubro de 1908 que dá sequência à Carta de Lei, de 18 de setembro do mesmo ano, regulamenta a região do Dão.

Até ao início da Primeira Grande Guerra, houve momentos de alívio da crise gerados por maus anos agrícolas nalguns países da Europa, seguidos de nova crise. Com a chegada da Guerra, o setor beneficiou com a destruição de vinhos em França e com a necessidade de abastecer os exércitos, respondendo com novas plantações de vinha. A Primeira Guerra Mundial contribuiu assim para o aumento da área de vinha, uma vez que outros países produtores que entraram na guerra ficaram com a sua produção debilitada.

Após a guerra, a exportação continuou a aumentar, mas a desvalorização do escudo baixou o valor das receitas. O Brasil diminuiu as importações e as colónias não eram um destino privilegiado. Mais uma vez, nesta época, o setor estava dependente das exportações para França.

A partir de 1924, com a revalorização do escudo e a retoma da atividade vitícola dos países que entraram na guerra, as dificuldades surgiram de novo, com a consequente queda das exportações para França e Brasil.

As colónias passaram a ser uma alternativa, mas não compensaram a queda, e de novo surgiu uma crise de produção devido aos excedentes. Esta crise afetou fundamentalmente os vinhos comuns até e durante a década de 1930, havendo oscilações mais ou menos acentuadas, destacando-se a queda até 1931 que correspondeu à Grande Depressão na Europa (Freire, 2010).

Segundo Dulce Freire, as exportações de vinhos comuns tiveram maior relevância na segunda metade do século XIX, nas duas primeiras décadas do século XX e após a 2.ª Guerra Mundial, enquanto os piores comportamentos se situaram na viragem do século XIX para o século XX, década de 30 e após 1975.

Em Portugal, a vinha sempre se distribuiu pela generalidade do território. Chegou a ocupar uma área próxima dos 380 mil hectares na década de trinta do século passado (Freire, 2010).

ANOS	ÁREA (ha)
1870	200 000
1874	204 000
1883	350 000
1902	313 000
1920	335 000
1925	325 250
1929	344 500
1934	344 500
1939	340 000
1938-47	381 000
1950-56	360 000
1963	350 000
1970	350 000

Fig. 17 - Área de vinha em Portugal (Dulce Freire)



Na década de 1930, Portugal implementa medidas de condicionamento, reorganização das zonas de produção e um sistema de coordenação e assistência técnica, em linha com medidas adotadas pelos países vinhateiros da Europa, a braços com excedentes e que começavam a ter a concorrência dos países do Novo Mundo. Face às dificuldades no plano da exportação, criaram-se medidas de incentivo ao consumo interno, proibindo-se a produção de bebidas alcoólicas nas colónias, sendo somente permitido o consumo de vinho, o que se repercutiu no aumento do consumo *per capita*, que rondou os 100 lts no final da década de 30 (Simões, 2006) face aos cerca de 40 litros no início do século XIX. Fruto de novos hábitos de consumo, cresce o problema do alcoolismo e a concorrência com outras bebidas alcoólicas e surgem as ligas.

Em 1931 foi publicada a Lei de Bases do Fomento Vitivinícola. Em 1932 foi decretada a proibição de plantação de vinha, assim como a enxertia de bacetos plantados antes do decreto 21086, de 13/04/1932, e criada legislação posterior que, para além da proibição de novas plantações, previa o arranque e proibição de plantação de produtores diretos e a comercialização deste tipo de vinho. Paralelamente, pretendia-se reduzir a área de vinha e corrigir a sua localização, promovendo-se a sua transferência dos terrenos de aluvião e várzea para outros terrenos que originassem vinhos de melhor qualidade, com mais baixas produções. Algumas destas medidas nunca foram implementadas.

Estas medidas de intervenção visavam combater a crise com que se debateu o setor nesta época. Para o regular, em 1937, foi criada a Junta Nacional do Vinho, organismo corporativo, e extinta a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal que tinha sido criada em 1933. À Junta Nacional do Vinho seguiu-se o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), criado em 1986, organismo adaptado às estruturas impostas pela nova política de mercado decorrente da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.



2.2.2 - A vinha em Portugal

Em 2021, Portugal foi o 10.º produtor mundial de vinho. Com uma média de produção de 6,4 milhões de hectolitros (média 2009/10-2020/21), consoante os anos, assim vai variando um lugar acima e abaixo desta posição. Foi ultrapassado pela China em área de vinha, país que se revelou nos últimos anos como um produtor a considerar no plano mundial devido ao enorme incremento na plantação de vinhas, nos anos de 2000 a 2015.

A União Europeia é responsável por cerca de 45% da área de vinha no mundo, situando-se no velho continente o país com maior área de vinha, assim como os segundo e quarto, Espanha, França e Itália, respetivamente. Espanha regista uma área plantada de vinha que ronda os 964 milhares de hectares e França e Itália registam cerca de 798 e 718 milhares de hectares, respetivamente (OIV, 2022). Portugal surge em quarto lugar com 192 milhares de hectares (IVV, 2021).

Portugal é um país com paisagem muito marcada de norte a sul pela cultura da vinha. Considerando a europa vitícola, Portugal possui a maior percentagem de área de SAU ocupada pela vinha, cerca de 5,31%, não considerando Chipre e Malta, pequenos países onde, de facto, a vinha ocupa maior percentagem de SAU.

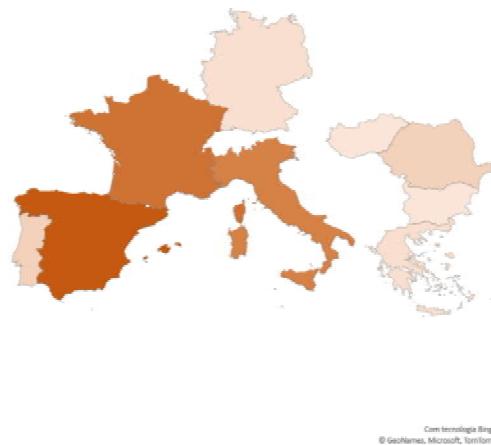


Fig. 18 - Área de vinha nos principais países produtores da UE (OIV, 2021)



Fig. 19 - Área de vinha vs SAU, na UE, 2016 (Eurostat)

País	SAU Hectares	Área de vinha Hectares	% de SAU
Chipre	111 900	7 908	7,07%
Malta	11 100	658	5,93%
Portugal	3 641 700	193 219	5,31%
Itália	12 598 200	645 800	5,13%
Espanha	23 229 800	959 535	4,13%
Eslovénia	488 400	15 604	3,19%
França	27 814 200	793 905	2,85%
Áustria	2 669 800	47 583	1,78%
Roménia	12 502 500	182 363	1,46%
Grécia	4 553 800	62 773	1,38%
Hungria	4 670 600	64 247	1,38%
Bulgária	4 468 500	60 418	1,35%
Croácia	1 563 000	20855	1,33%
Luxemburgo	130 700	1 296	0,99%
Eslováquia	1 889 800	17 598	0,93%
Alemanha	16 715 300	102 742	0,61%
Rep. Checa	3 455 400	17 46	0,51%

Tabela 1 - UE - percentagem de área de vinha por SAU, 2016 (Eurostat)



A vinha tem maior expressão no norte e centro de Portugal onde as regiões vitícolas do Minho, Trás-os-Montes, Douro e Porto e Beiras representam 64,3% da vinha no país.

Tendo em consideração a produção de vinho declarado por concelho, na campanha de 2020/2021 (IVV), podemos ter uma imagem das regiões com maior produção de vinho e a sua correlação com a distribuição da vinha em Portugal.

A área de vinha em Portugal tem vindo a diminuir ao longo dos anos, verificando-se uma perda na maioria das regiões do país. Nos últimos 6 anos, parece haver uma tendência de estabilização da área de vinha, no entanto com regiões em perda sistemática e outras com ganhos evidentes. As regiões com maior perda de área de vinha são Trás-os-Montes e, em particular, as Beiras, onde se localiza a maior área de vinha do território de influência da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

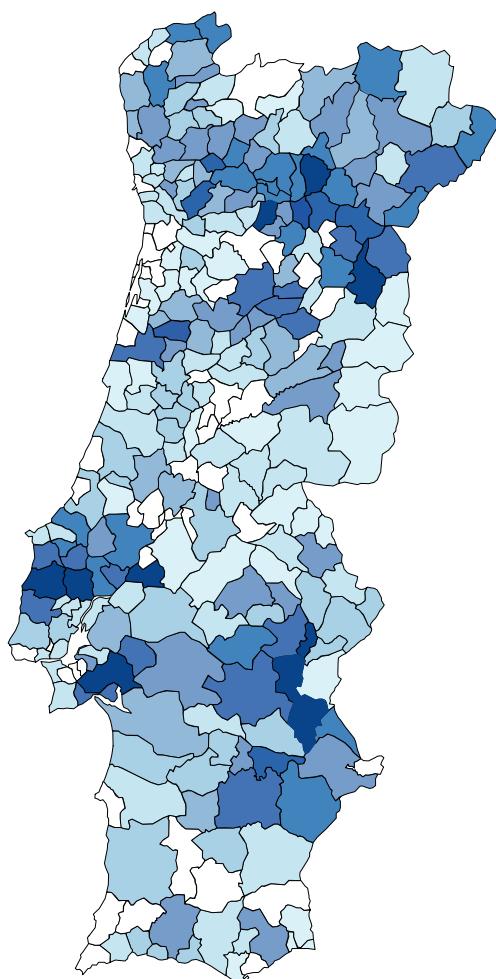


Fig. 21 - Produção de vinho por concelho, campanha 2020/2021 (IVV)

A estrutura empresarial da vitivinicultura nacional tem vindo paulatinamente a alterar-se no sentido de um aumento da percentagem de produtores não associados em relação aos associados em adegas cooperativas, representando, na campanha 2021/2022, 65% e 35%, respetivamente.

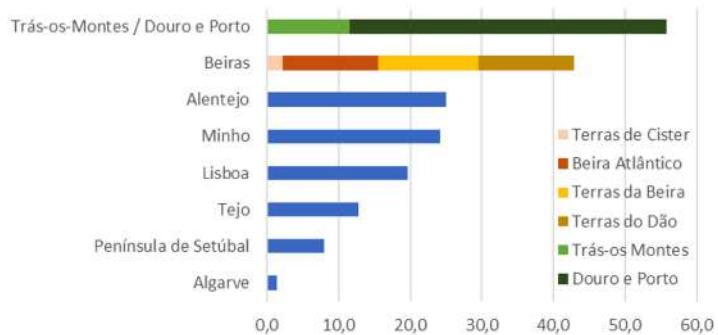


Fig. 20 - Área de vinha Continente 1000 ha, 2021 (IVV)

Região Vitivinícola	31.07.2021
Minho	24 371
Trás-os-Montes/Douro e Porto	54 882
Trás-os-Montes	10 701
Douro e Porto	44 180
Beiras	42 757
Terras de Cister	2 215
Beira Atlântico	13 259
Terras da Beira	13 874
Terras do Dão	13 409
Tejo	12 847
Lisboa	19 869
Península de Setúbal	8 027
Alentejo	25 461
Algarve	1 427
Total - Continente	189 640
Açores	1 708
Madeira	681
Total - Regiões Autónomas	2 389
Total Geral	192 029

Tabela 2 - Área de vinha em Portugal, em 2021 (IVV)

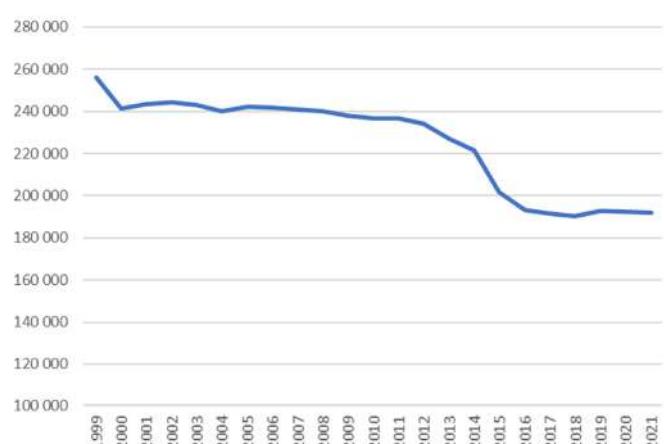


Fig. 22 - Evolução da área de vinha, em hectares (IVV)

Região Vitivinícola	31/07/2016	31/07/2017	31/07/2018	31/07/2019	31/07/2020	31/07/2021	Variação 2021/2016
Minho	21 020	21 307	21 973	23 999	24 240	24 371	▲ 15,9%
Trás-os-Montes / Douro	57 147	56 534	56 094	56 115	55 775	54 882	▼ -4,0%
Trás-os Montes	14 381	14 510	13 539	12 252	11 613	10 701	▼ -25,6%
Douro e Porto	42 766	42 023	42 556	43 863	44 162	44 180	▲ 3,3%
Beiras	47 940	47 653	46 401	44 090	42 821	42 757	▼ -10,8%
Terras de Cister	2 520	2 161	2 184	2 346	2 272	2 215	▼ -12,1%
Beira Atlântico	15 086	15 134	14 630	13 693	13 314	13 259	▼ -12,1%
Terras da Beira	15 687	15 520	15 110	14 328	13 914	13 874	▼ -11,6%
Terras do Dão	14 647	14 837	14 476	13 723	13 321	13 409	▼ -8,5%
Tejo	12 874	12 221	11 944	12 517	12 751	12 847	▼ -0,2%
Lisboa	19 186	18 641	17 989	19 287	19 639	19 869	▲ 3,6%
Península de Setúbal	7 203	7 213	7 265	7 866	7 986	8 027	▲ 11,4%
Alentejo	23 375	23 879	24 544	24 709	25 057	25 461	▲ 8,9%
Algarve	1 722	1 434	1 352	1 404	1 400	1 427	▼ -17,2%
Total - Continente	190 467	188 881	187 562	189 988	189 668	189 640	▼ -0,4%
Açores	1 700	1 700	1 708	1 708	1 708	1 708	▲ 0,5%
Madeira	1 052	1 051	1 052	1 047	1 025	681	▼ -35,3%
Total - Reg. Autónomas	2 752	2 751	2 760	2 755	2 733	2 389	▼ -13,2%
Total Geral	193 219	191 632	190 322	192 743	192 401	192 029	▼ -0,6%

Tabela 3 - Evolução da área de vinha nos últimos 6 anos (IVV)

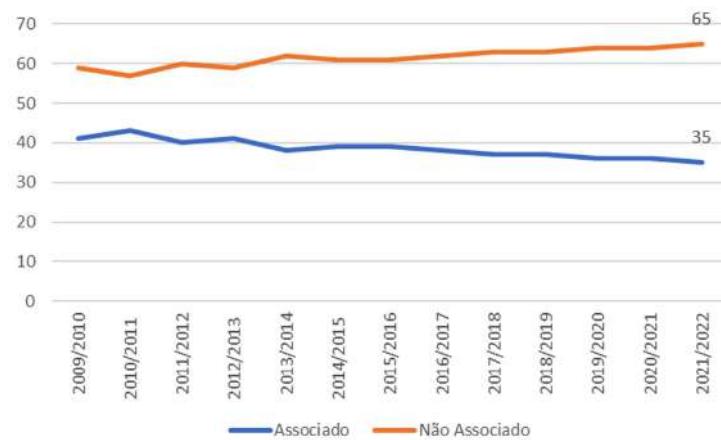


Fig. 23 - Estrutura empresarial % (IVV)



2.2.3 - A produção de vinho em Portugal

Tal como referido anteriormente, Portugal foi o 10.º produtor mundial, em 2021. No panorama europeu, Portugal é o quinto produtor atrás da Itália, França, Espanha e Alemanha. Também no caso europeu, as primeiras posições se vão alterando de campanha para campanha, sendo a Itália o país que se sagra o maior produtor na maioria das campanhas.

A produção total nacional de vinho na campanha de 2021/22 correspondeu a 7,4 milhões de hl, tendo os vinhos espumantes representado cerca de 0,98% e os vinhos licorosos 11,2%. Na categoria de vinhos tranquilos verificamos que, para a campanha referida, os vinhos aptos à certificação representaram 88,9% do total. Esta percentagem tem vindo a aumentar anualmente. Na campanha de 2009/10, por exemplo cifrava-se somente em 67,6%.

A produção apurada pelo IVV na campanha de 2022/23 foi de 6,8 milhões de hectolitros.

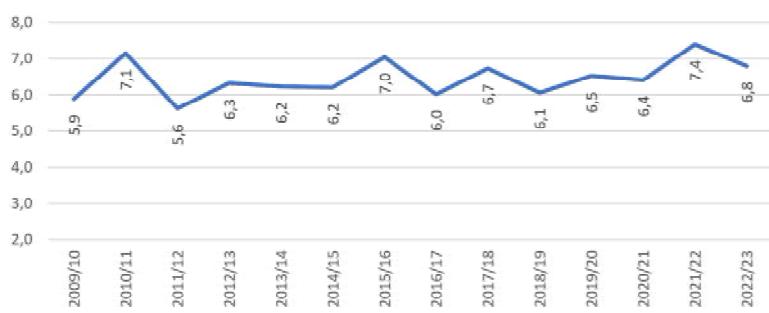


Fig. 24 - Produção de vinho em Portugal, em milhões de hl (IVV)

2.2.4 – Consumo de vinho em Portugal

A produção de vinho em Portugal rondou, na campanha de 2020/21, 6,42 milhões de hectolitros e o consumo cerca de 4,6 milhões de hectolitros. Apesar de sermos o país com o maior consumo *per capita*, esta significativa diferença entre produção e consumo foi-se mantendo ao longo dos anos, nem sempre compensada pela exportação. Em 2020, Portugal exportou cerca de 3,1 milhões de hectolitros (intra e extra UE) e importou 2,7 milhões de hectolitros.

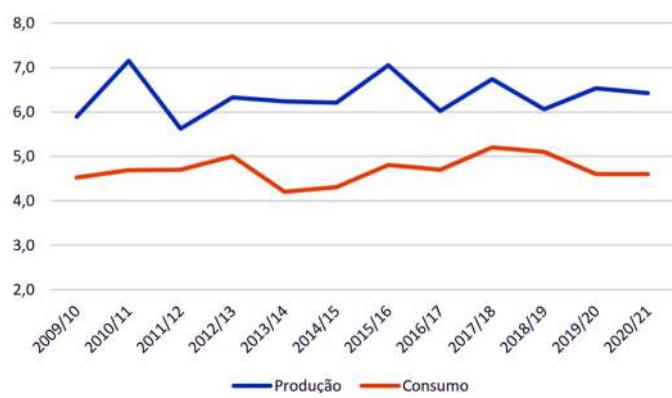


Fig. 25 - Produção e consumo de vinho em Portugal, em milhões de hectolitros (OIV e IVV)



Com tecnologia Bing
© GeoNames, Microsoft, TomTom

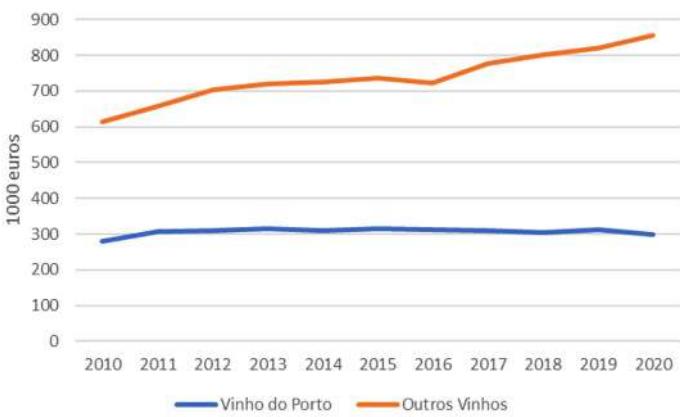
Fig. 26 - Países produtores de vinho na UE

2.2.5 – Comércio externo do vinho português

Em termos de balança comercial e nos anos de 2020 e 2021, Portugal exportou cerca de 856 e 926 milhões de euros, respetivamente, e importou cerca de 166,3 e 166,2 milhões de euros, nas várias categorias de vinho. Apesar de ter vindo a diminuir, o vinho do Porto continua a ter um peso substancial no total das exportações de vinho, representando, em 2020, cerca de 35%, em valor. Esta diminuição resulta de um maior aumento do valor das vendas dos restantes vinhos em relação ao vinho do Porto.

Os principais mercados do vinho português são a França, os EUA, o Reino Unido, o Brasil e a Alemanha representando, em média, cerca de 46% do total das exportações, em valor. No que concerne ao vinho do Porto, continua a ser a França o maior importador, seguida do Reino Unido, dos Países Baixos e dos EUA.

No ano de 2020, Portugal foi o nono maior país exportador, com uma quota no mercado mundial de 2,9%, sendo a França o país com maior valor de exportação, com cerca de 8,7 biliões de euros, mais de 10 vezes o valor atingido pelas exportações nacionais. Segue-se em 2.º lugar a Itália, depois a Espanha, a Austrália, o Chile, os EUA, a Nova Zelândia e a Alemanha.



2.2.6 - Vinho espumante em Portugal

A produção nacional de vinho espumante tem vindo a aumentar ao longo das campanhas, conforme se pode verificar pela linha de tendência (fig. 28). A produção nacional de vinho apto a espumante foi, em 2021/2022, cerca de 71.990 hl, representando cerca de 0,98% da produção total de vinho. As regiões Beira Atlântico e Terras de Cister disputam a primazia de produção de vinhos aptos a espumante, consoante a campanha.

O vinho apto a espumante branco continua a ter o maior peso representando 71,4% da produção nacional, na campanha de 2021/2022. Nesta análise, é interessante verificar que, no caso do Alentejo, a repartição é ligeiramente diferente, representando o vinho apto a espumante branco 64,5% do total e os vinhos espumantes tintos e rosés 35,5%, sendo estes a maior fatia de produção nesta parcela.

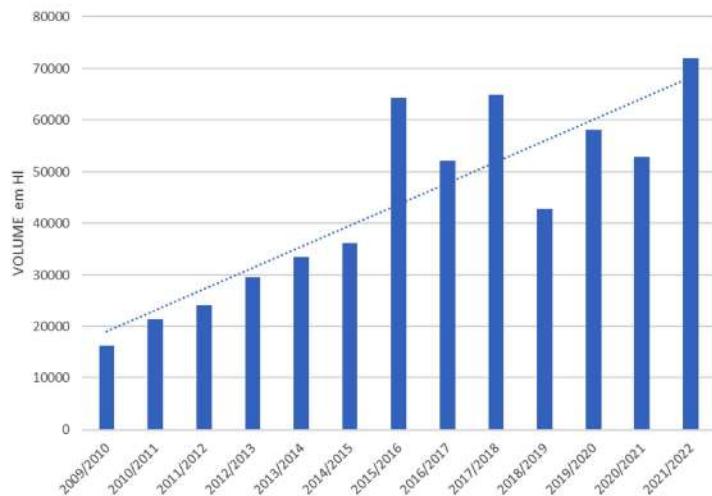


Fig. 28 - Produção de vinho apto a espumante em Portugal, em hl (IVV)

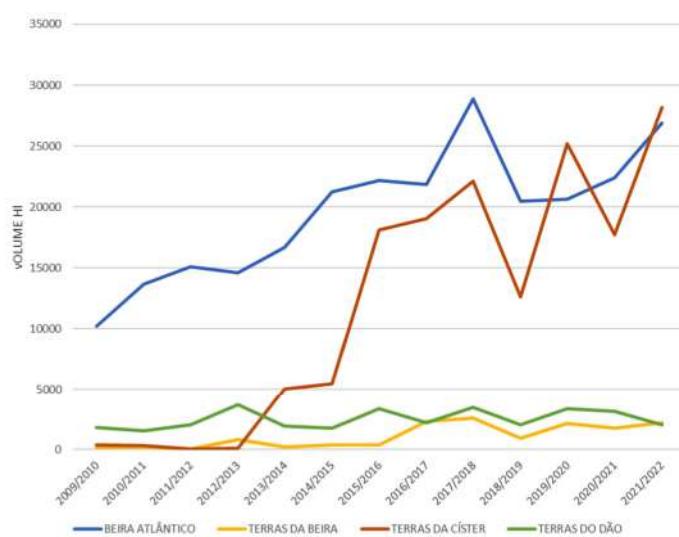


Fig. 29 - Produção de vinho apto a espumante nas principais regiões produtoras, em hl (IVV)

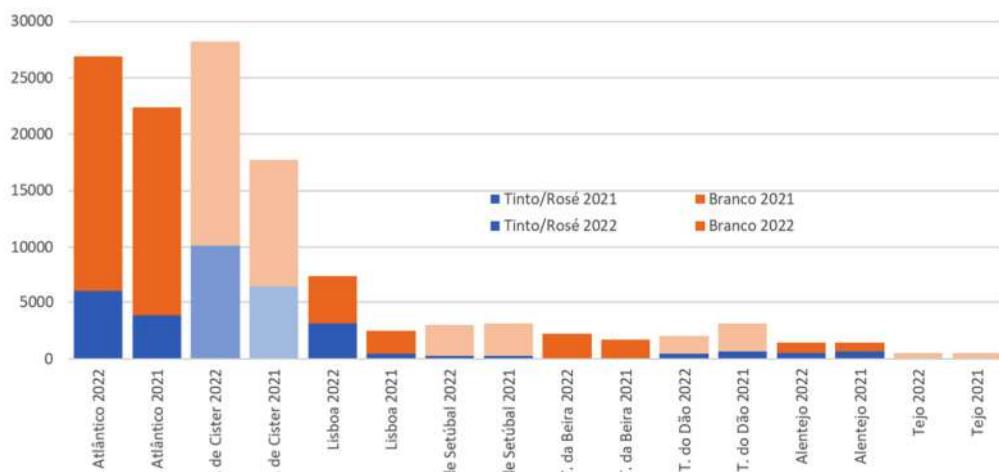


Fig. 30 - Produção de vinho apto a espumante na campanha de 2020/21 e 2021/2022 (IVV)

REGIÃO	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020 /2021	2021 /2022
BEIRA ATLÂNTICO	10 210,5	13 690,5	15 114,4	14 588,0	16 688,2	21 227,0	22 155,7	21 824,7	28 857,8	20 450,8	20 653,5	22 386,5	22 912,5
DOURO E PORTO	2 339,1	1 955,0	3224,9	2 606,5	2 482,9	1 764,3	1 713,9	724,0	2 689,2	2,1	0,0	42,0	27,5
TERRAS DO DÃO	1 784,2	1 516,6	2042,9	3 615,5	1 936,0	1 746,5	3 368,5	2 176,6	3 462,8	2 050,7	3 364,3	3 152,0	2 041,5
ALENTEJO	583,4	1 150,1	1 017,0	1 103,3	1 311,5	1 387,2	1 241,4	1 823,0	1 560,7	1 542,5	1 512,2	1436,5	1431,3
PENÍNSULA DE SETÚBAL	440,0	1 951,5	1700,0	5 337,4	4 799,1	3 327,3	1 410,5	1 379,9	2 150,0	1 400,0	2 603,5	3 121,0	2 972,5
TERRAS DE CÍSTER	400,0	339,0	77,0	111,5	5 043,8	5 487,0	18 125,7	19 066,6	22 144,1	12 646,5	24 207,5	17 753,5	28 176,5
LISBOA	217,0	395,0	514,0	592,5	445,2	352,3	1 327,1	2 216,7	943,8	1 576,0	1 868,5	2 455,6	7 333,2
TEJO	169,5	201,5	142,0	520,0	143,0	360,0	450,9	331,2	2015,0	497,0	501,1	508,2	
TERRAS DA BEIRA	137,4	205,7	45,0	828,4	225,6	388,0	401,4	2 317,4	2566,7	913,0	2 140,0	1 725,0	2 217,0
ALGARVE	66,0	0,0	10,0	0,0	45,0	0,0	58,0	0,0	50,2	0,0	167,9	81,2	210,67
AÇORES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,0	55,9	29,0	60,0	79,0	54,0	16,5
MADEIRA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,6	0,0	23,5	52,0	62,6
MINHO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,5	0,0
TRÁS-OS-MONTES	0,0	17,5	315,5	200,0	320,0	122,5	310,0	13,8	25,0	72,0	59,0	72,0	80,5

Tabela 4 - Produção de vinho apto espumante, campanha 2020/21 (IVV)

O volume de vinhos comercializados como espumantes certificados é inferior ao volume declarado como vinho apto a espumante, destacando-se a Região Beira Atlântico como a maior produtora. A fração de vinho comercializado como espumante certificado tem vindo a aumentar em relação ao vinho não certificado, embora este ainda continue a ter um peso substancial.

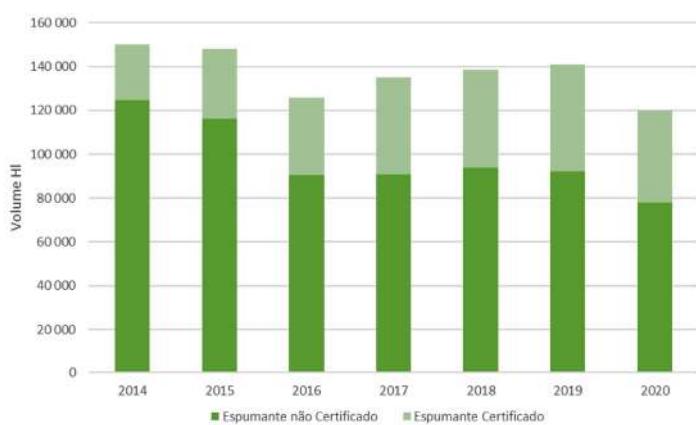


Fig. 31 - Produção de vinho espumante certificado e não certificado, campanha de 2020/21 (IVV)

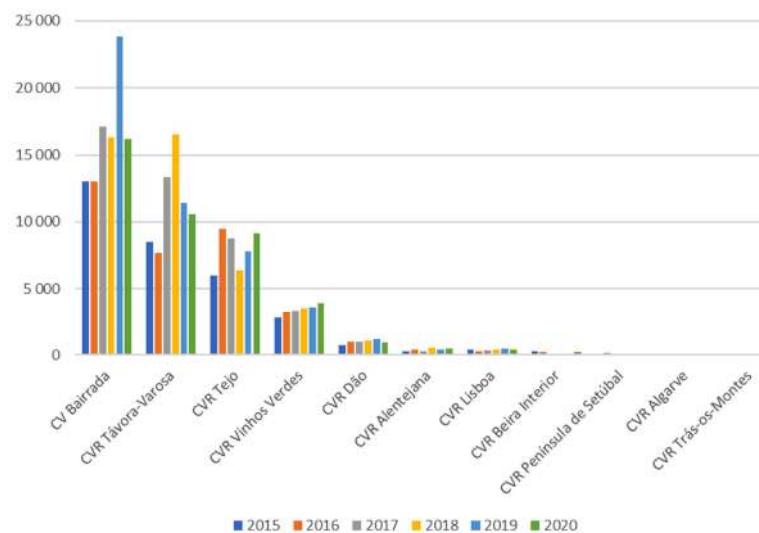


Fig. 32 - Vinho espumante certificado (IVV)



2.3 Território da DRAPCentro

2.3.1 A vinha no território da DRAPCentro

No território de influência da DRAPCentro, foi a região do Dão a primeira a ser demarcada por carta de lei de 18/09/1908. Esta carta de lei e o seu decreto, de 1/10/1908, preveem a criação de comissões de viticultura e o estabelecimento de estações experimentais de agricultura.

O regulamento para o comércio de vinhos de pasto do Dão, de 25/05/1910, que regulamenta a região do Dão nos termos do Decreto de 1/10/1908, cria a Comissão de Viticultura da Região do Dão. No caso das estações experimentais, já existiam em Viseu e Anadia, a Estação de Fomento Agrícola da Beira Alta, criada por decreto de 27 de Julho de 1900 nos terrenos e edifícios da extinta Escola Prática de Agricultura de Viseu, e a Estação de Fomento Agrícola da Bairrada, criada por decreto de 24/12/1901 a partir da Escola de Ensino Manual da Bairrada, designadas posteriormente, por força da Lei n.º 26 de 09/07/1913, Posto Agrário de Viseu e Posto Agrário da Bairrada. Os Postos Agrários tinham previsto campos de experimentação e de demonstração que, no caso de Viseu, se dedicavam à pomologia e cerealicultura e, no caso da Bairrada, à viticultura e pomologia. Mais tarde, o Posto Agrário de Viseu também se dedicou à viticultura. Em 1932, o Posto Agrário da Bairrada passa a denominar-se Estação Vitivinícola da Beira Litoral e, em 1936, o Posto Agrário de Viseu, Estação Agrária de Viseu. Em 1993, a Estação Vitivinícola da Beira Litoral passa a designar-se Estação Vitivinícola da Bairrada nos termos do Decreto-lei n.º 96/93, que aprova a Lei Orgânica das Direções Regionais de Agricultura.

Em 1931, foi publicada a lei de bases do fomento vitivinícola, que prevê nove zonas vitícolas, onde se inserem regiões vitícolas demarcadas e outras a demarcar. Em cada zona foi prevista uma estação vitivinícola e em cada região demarcada uma junta regional de viticultura e uma adega regional. Estava prevista a criação imediata de estações vitivinícolas em regiões demarcadas com comissões de viticultura em funcionamento – o caso do Dão. No entanto, o Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão somente surge em 1946.

São extintos os Postos Agrários da Bairrada, de Dois Portos e da Região Duriense, transformando-se nas estações vitivinícolas das respetivas zonas vitícolas. São assim criadas, pelo decreto 21165 de 1932, as Estações Vitivinícolas das zonas de Trás-os-Montes e Douro, na Régua, futuro Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro; da Beira Litoral, em Anadia, futura Estação Vitivinícola da Bairrada; do Centro Litoral, em Dois Portos, futura

Estação Vitivinícola Nacional. Paralelamente, estavam previstas Juntas Regionais de Viticultura que, em articulação com as Estações Vitivinícolas, tinham funções informativas e consultivas. Estas Juntas tinham também a competência de criar a Adega Regional respetiva e geri-la em colaboração com a Estação Vitivinícola. As adegas regionais estavam previstas para as regiões demarcadas, podendo também ser constituídas em outras zonas vitícolas, as designadas Adegas Livres. Foi extinta a Comissão de Viticultura do Dão e criada, em 1934, a União Vinícola do Dão (Adega do Dão) que deu origem à Federação dos Vinicultores do Dão, em 1942. Estas adegas tinham competências na venda e exportação de vinhos, enquanto não se constituíssem organismos com esta função específica. Contrariamente ao que se passava na Europa, em Portugal houve sempre resistência à proposta de novas demarcações. Houve discussões fervorosas em torno deste assunto, com argumentos válidos contra e a favor, como era o caso da Bairrada. Somente a partir da década de 70, do século XX, estas e outras regiões foram demarcadas. A Denominação de Origem Bairrada em 1979, Beira Interior em 1999 e Encostas d'Aire em 2005, na região centro.

Estão inseridas no território da DRAPCentro as regiões da Bairrada (IGP Beira Atlântico e DOP Bairrada), do Dão (IGP Terras do Dão, DOP Dão e DOP Lafões), de Lisboa (parte de IGP Lisboa e parte da DOP Encostas d'Aire - Concelhos de Leiria, Pombal, Porto de Mós e Batalha), da Beira Interior (IGP Terras da Beira e DOP Beira Interior, com três sub-regiões – Pinhel, Castelo Rodrigo e Cova da Beira). No âmbito do IGP Beira Atlântico é reconhecida a sub-região Terras de Sicó, na IGP Terras do Dão, a sub-região Terras de Lafões, e na IGP Lisboa, a sub-região Alta Estremadura (Concelhos de Leiria, Pombal, Porto de Mós, Marinha Grande e Batalha).

Nesta região, temos ainda a considerar a região vitícola Douro/Porto, sub-região Douro Superior (IGP Duriense e DOP Douro e DOP Porto), onde estão inseridas algumas freguesias do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e de Méda.

Segundo o IVV, para a campanha de 2021/2022, a região das Beiras representa 22,3% da área de vinha de Portugal e cerca de 10,8% da produção nacional.

Tal como referido anteriormente, a região das Beiras é uma das regiões que tem vindo a perder mais área de vinha. Desde 2016, conforme fig. 34, perdeu 10,8% da área de vinha, correspondente a 5.184 hectares. Se tomarmos como referência o ano de 2009, então a diferença ainda é mais significativa, com uma redução de 24,5% que corresponde a 13.906 hectares. Os valores de produção são oscilantes de campanha para campanha, pelo que as diferenças não são tão significativas, embora com tendência decrescente, acompanhando a redução da área de vinha.

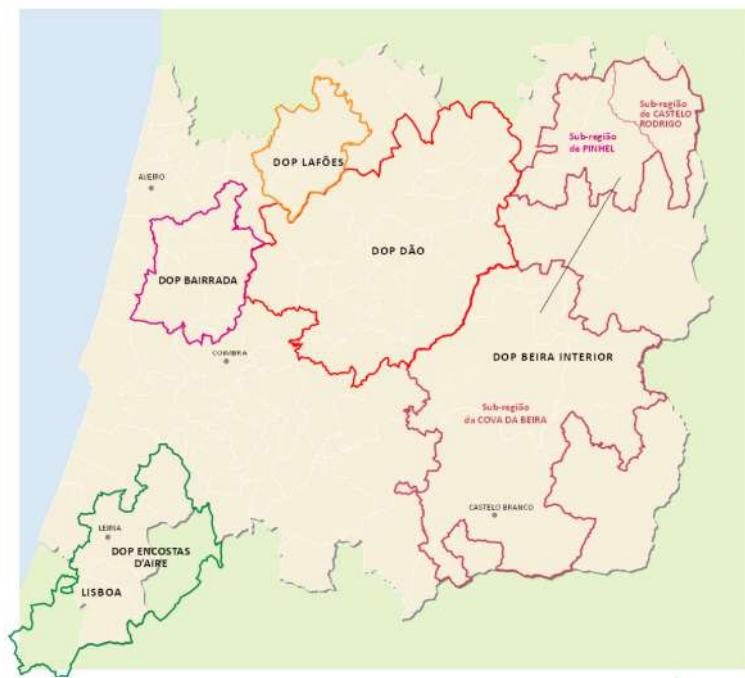


Fig. 33- Regiões Vitícolas no território da DRAPCentro

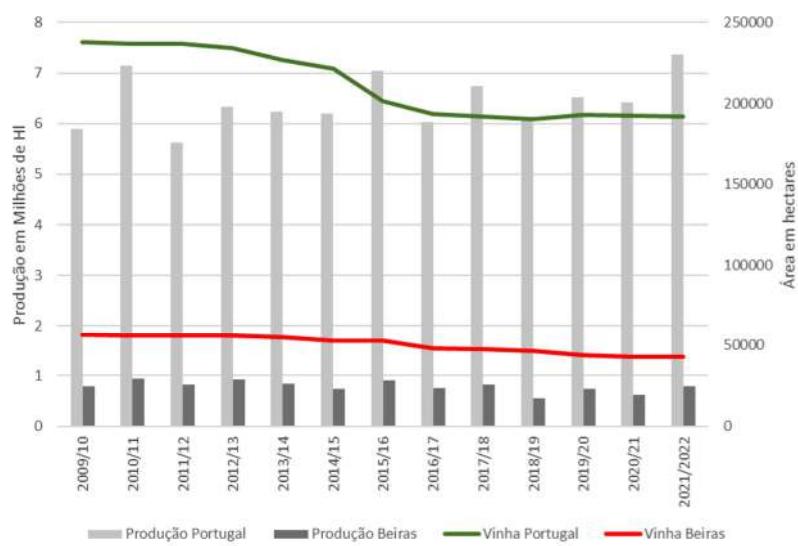


Fig. 34- Área de vinha e produção de vinho nas Beiras vs Portugal



2.3.2 Reestruturação e reconversão da vinha na DRAPCentro

Analisando o período de aplicação do programa VITIS - Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas, da campanha 2006/2007 a 2012/2013 verificamos que as regiões vitícolas existentes no território de influência da DRAPCentro têm utilizado menos este instrumento para a reestruturação e reconversão das vinhas, em relação a outras regiões. Neste período de 7 anos, a área total reestruturada neste território foi de 1.653,62 hectares, num total de 21.755 hectares reestruturados no Continente, ou seja 7,8%.

Considerando o mesmo período e o mesmo território, também verificamos uma tendência de diminuição de área reestruturada anualmente em todas as regiões vitícolas. Globalmente, a região Terras da Beira é aquela que, dentro da região Beiras, mais área reestrutura anualmente.

Se analisarmos os dados do VITIS por região vitícola no período 2009 a 2021, verificamos que as Beiras reestruturaram neste período 3.455 hectares, num total de área reestruturada no continente de 57.189 hectares, ou seja 6%. A região que mais recorreu a este programa neste período foi o Douro, com 17.534 hectares, ou seja 30,6%. Considerando a área de vinha em 31/7/2021, verificamos que a região Beiras foi a que menos área de vinha reestruturou, com cerca de 8,1%. Devemos ressalvar que a região das Beiras inclui, nas campanhas consideradas, as Terras de Cister, cuja desagregação somente se inicia em 2018. No entanto, a tendência não é significativamente alterada.

Uma possível explicação para esta menor adesão pode ser o facto da SAU média por exploração agrícola ser bastante baixa. Segundo o RGA de 2019, a Beira Litoral é a região do continente com menor SAU média por exploração, cerca de 2,9 hectares denunciando uma eventual menor profissionalização do sector e uma agricultura mais familiar. Na Beira Interior, esta área é francamente superior, cerca de 11,7 hectares, o que também pode explicar uma tendência de maior adesão desta região, comparativamente às restantes na área de influência da DRAPCentro. Contudo na campanha 2021/22 parece atenuar-se esta diferença.

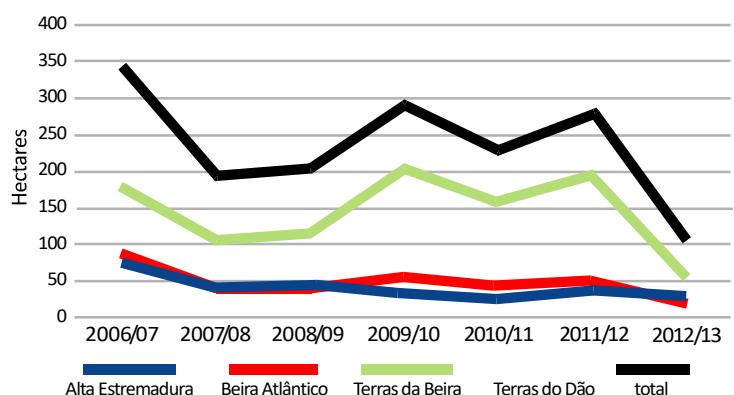


Fig. 35 - Área de vinha reestruturada na área de influência da DRAPCentro, por ano (IFAP)

REGIÃO	Área de vinha	Área reestruturada	Percentagem
	31.07.2021	2009/2021	vs/ área total reestruturada
MINHO	24 371	10 122	41,5%
TRÁS-OS-MONTES	10 701	1 354	12,7%
DOURO	44 180	17 534	39,7%
BEIRAS	42 757	3 455	8,1%
TEJO	12 847	3 034	23,6%
LISBOA	19 869	6 752	34,0%
PENÍNSULA SETÚBAL	8 027	2 568	32,0%
ALENTEJO	25 461	12 157	47,7%
ALGARVE	1 427	213	14,9%
TOTAL - CONTINENTE	189 640	57 189	30,2%

Fig. 36 - Área de vinha reestruturada no período 2009-2021, por ano (IVV)

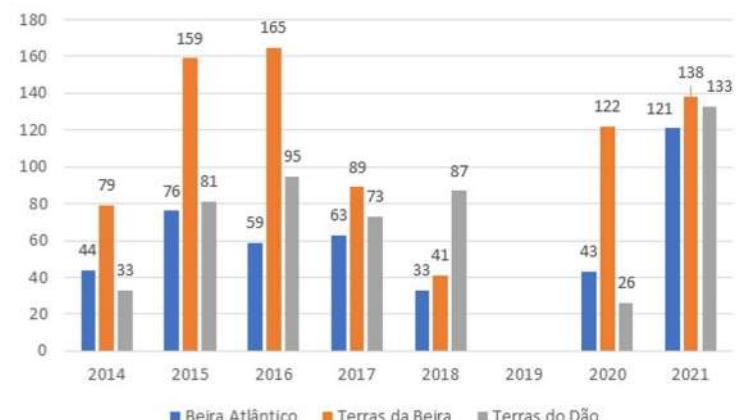


Fig. 37 - Área de vinha (hectares) reestruturada no período 2014-2021 (DRAPCentro)

2.3.3 A produção de vinho no território da DRAPCentro

A produção de vinho das regiões vitícolas Beira Atlântico, Terras do Dão e Terras da Beira representa, em média, cerca de 11% da produção nacional. Apesar da área de vinha ser muito próxima entre estas regiões, verifica-se uma maior produção na região Terras do Dão, seguida da Beira Atlântico e, por último, de Terras da Beira. Contudo, esta distribuição tem vindo a alterar-se nos últimos anos, sendo a região de Terras da Beira a única com tendência de crescimento da produção. Embora possa corresponder a uma situação conjuntural, também pode resultar de um maior esforço de reestruturação da vinha neste território.

No período 2009/21, os vinhos aptos para certificação representaram nas regiões Beira Atlântico, Terras do Dão e Terras da Beira, em termos médios, 35,8%, 76,7% e 26,8% respetivamente. Estas percentagens têm vindo a aumentar nas últimas campanhas, embora se mantenham diferenças relativas entre regiões, mais esbatidas entre Beira Atlântico e Terras da Beira.

Sabemos que as diferenças de percentagem de vinhos aptos à certificação não correspondem exatamente a uma diferença de qualidade dos vinhos entre as regiões, mas resultam duma diferente estratégia comercial dos produtores quando submetem a declaração de colheita e produção (DCP). Porém, estes números devem ser objeto de reflexão, também do ponto de vista da qualidade dos vinhos passíveis de serem declarados como aptos à certificação no momento da submissão da DCP, uma vez que não é possível certificar vinhos após terem sido declarados sem certificação.

A declaração de vinhos tintos/rosé aptos à certificação é mais significativa nas regiões Terras do Dão e Terras da Beira. Na região Beira Atlântico, os vinhos brancos aptos à certificação têm uma percentagem muito significativa, para a qual muito contribuem os vinhos espumantes.

Esta diferença entre regiões verifica-se claramente nas percentagens anuais de vinhos aptos à certificação, com designação de casta ou sem certificação em relação à produção de cada uma das campanhas.

Terras do Dão apresenta uma evolução positiva anual nos vinhos certificados e, dentro destes, dos vinhos aptos a DOP, os quais têm uma expressão preponderante.

Terras da Beira apresenta um comportamento semelhante a Terras do Dão, embora, nos vinhos certificados, os vinhos aptos a IGP tenham um peso mais significativo. Os vinhos sem certificação ainda têm alguma expressão.

Beira Atlântico é a região onde os vinhos certificados têm menor peso, representando cerca de 52%, na campanha de 2021/22. Contudo, tem havido um comportamento

positivo nos vinhos certificados, diminuindo mais os aptos a IGP em relação ao crescimento dos vinhos aptos a DOP, resultando num peso significativo de vinhos sem certificação, que se tem mantido mais ou menos constante nos últimos anos.

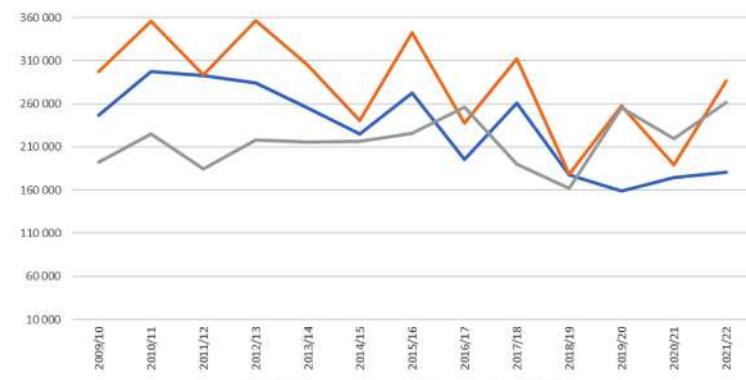


Fig. 38 - Produção anual das regiões vitícolas principais no território da DRAPCentro (DRAPCentro)



Fig. 39 - Evolução da produção apta a vinho com DOP no território da DRAPCentro (IVV)

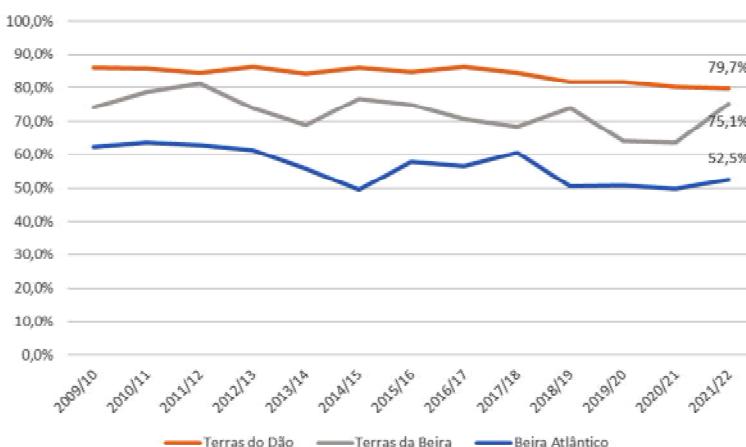


Fig. 40 - Evolução da produção apta a vinho tinto/rosé com DOP no território da DRAPCentro (IVV)

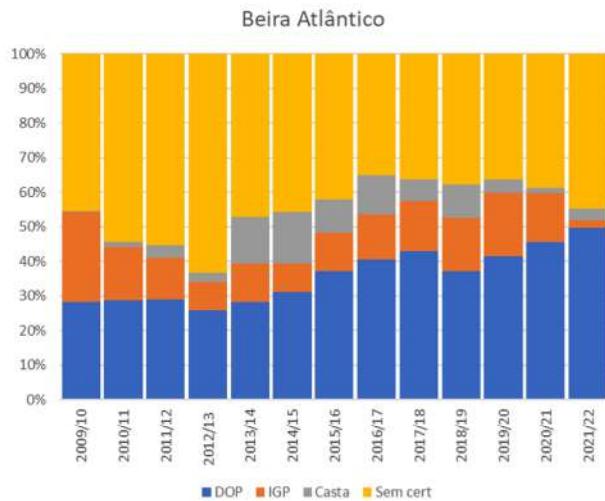
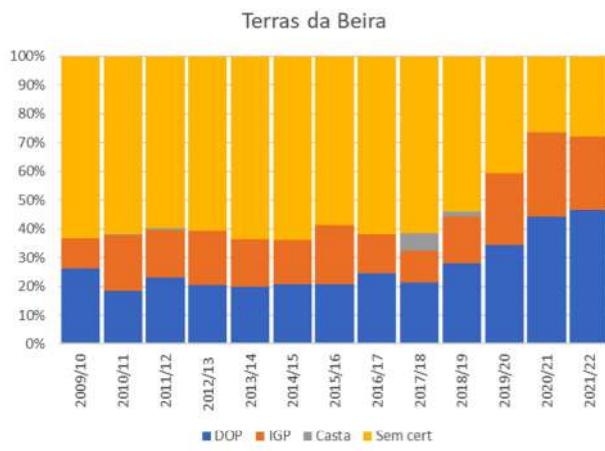
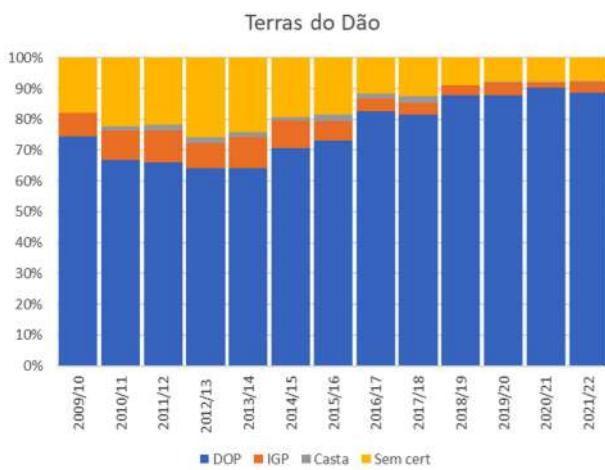


Fig. 41 - Distribuição da categoria de vinhos aptos por região, no território da DRAPCentro (IVV)



2.3.4 Comércio dos vinhos produzidos no território da DRAPCentro

As regiões Beira Atlântico, Terras do Dão e Beira Interior ocupam em média, no mercado interno, uma fatia de cerca 0,7%, 5,2% e 0,6% respetivamente, em volume dos vinhos tranquilos certificados. No período analisado, as regiões Terras do Dão e Beira Atlântico têm apresentado uma tendência de ligeira diminuição e a região da Beira Interior uma tendência de crescimento, em termos de volume e valor.

O ano de 2020 e primeiros meses de 2021, foram muito difíceis para o setor, com o fecho da restauração e a diminuição do turismo. Obrigou a um esforço suplementar das empresas na realização de ações promocionais, para minimizar o impacto destes meses de pandemia.

Neste ambiente difícil, o vinho foi um dos produtos que teve melhor comportamento, resultante do aumento do consumo em casa e, da aceleração do comércio electrónico. Houve um enorme incremento das plataformas em todo o comércio de vinhos e um número significativo de produtores implementou lojas online nas suas páginas de internet.

Atualmente o comércio de vinho faz-se maioritariamente nos hiper e supermercados, mas são as garrafeiras, as vendas diretas dos produtores e a internet, os canais com mais potencial de crescimento.

Ainda assim, o mercado do vinho ressentiu-se muito neste período pandémico, diminuindo o volume de vendas de vinho tranquilo certificado no mercado nacional (distribuição e restauração) em cerca de 9,9% em volume e 22,5% em valor, no ano de 2020 em relação a 2019.

De entre as regiões inseridas no território da DRAPCentro, a região Beira Atlântico foi das que mais sofreu, com uma diminuição de venda de vinho tranquilo certificado no mercado nacional da ordem dos 41% em volume e 32% em valor, no ano de 2020 em relação a 2019, segundo dados do IVV-Nielsen.

O ano de 2021 não foi um ano de recuperação verificando-se uma diminuição de vendas em volume de 0,8% e em valor de 0,2%, em relação ao ano anterior. No território da DRAPCentro, foi a região Beira Atlântico que registou a maior quebra em volume (-27,9%) e, em valor, foi a região Terras da Beira.

A região Beira Atlântico teve o maior aumento de preço médio/litro no vinho tranquilo certificado na distribuição e restauração, entre 2019 e 2020, e o mesmo comportamento se verificou no ano de 2021.

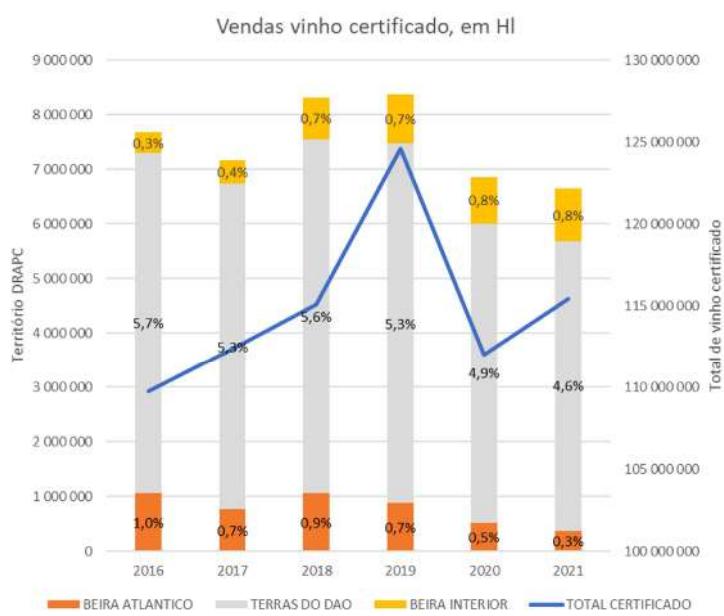


Fig. 42 - Vendas de vinho certificado no mercado interno vs total nacional (IVV)

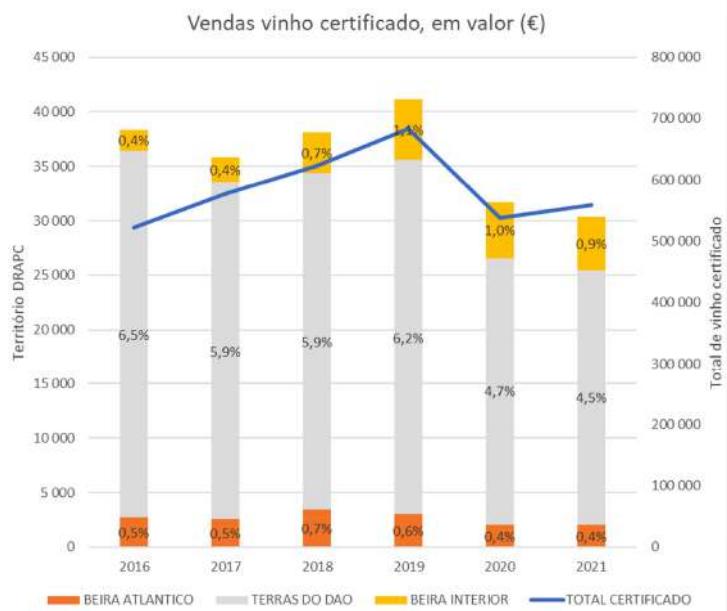


Fig. 43 - Vendas de vinho certificado no mercado interno vs total nacional (IVV)

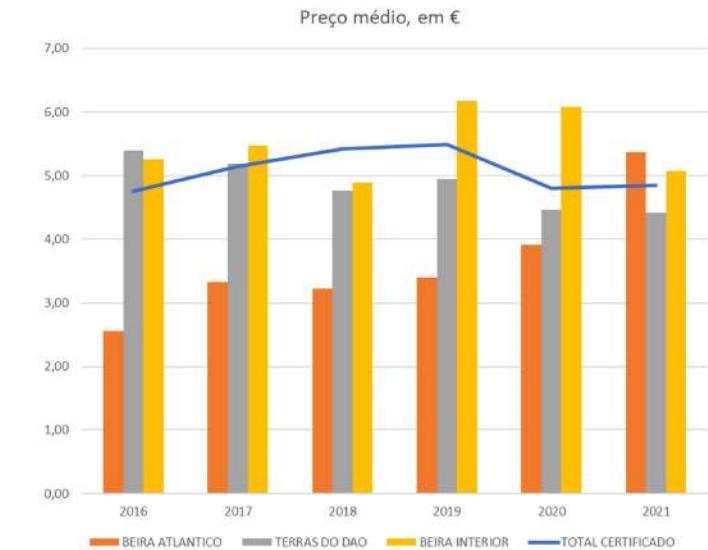


Fig. 44 - Preço médio de venda de vinho certificado no mercado interno (IVV)

No que respeita a vinhos espumantes, o comportamento no período pandémico certamente não foi muito diferente, no que se refere à contração das vendas face ao fecho da restauração, à diminuição do turismo e à inexistência de eventos comemorativos, em especial nesta região que é a maior produtora deste tipo de vinhos em Portugal. A Comissão Vitivinícola da Bairrada estimou uma quebra de vendas de 30%, em 2020.

A quota de vendas de vinho certificado no mercado nacional representa, no conjunto das três regiões, valores que se situam em média abaixo de 8%, sendo a Região do Dão a que tem maior volume de vendas. Verifica-se uma tendência de comportamento negativo para as Terras do Dão e Beira Atlântico, nas últimas campanhas, e uma tendência de comportamento positivo para a Beira Interior. Verifica-se o mesmo comportamento em valor, embora mais esbatido, no caso da região Beira Atlântico, devido à subida do preço médio ao longo dos seis anos em análise.

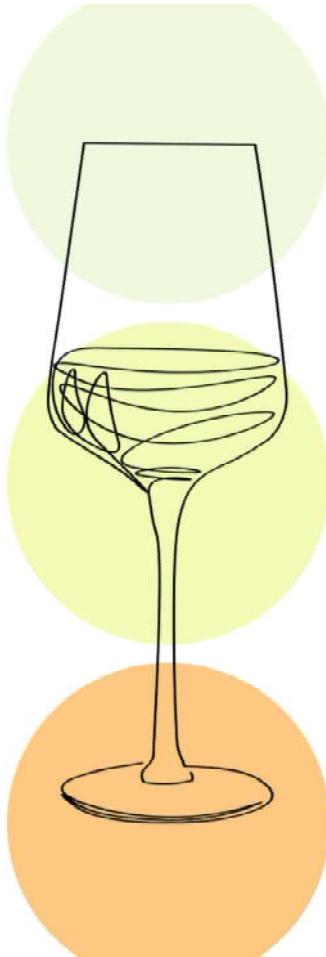
Porém, apesar dos anos de 2020 e 2021 serem francamente influenciados pela crise pandémica, verificamos que os comportamentos descritos são claramente visíveis nos primeiros anos do período em análise.

No que concerne ao preço médio do vinho certificado comercializado no mercado nacional verificamos, no período em análise, que a Beira Interior apresenta valores normalmente acima da média nacional, as Terras do Dão normalmente abaixo e com uma tendência ligeiramente negativa e, por fim, a região Beira Atlântico com um comportamento positivo, atingindo um valor superior à média nacional, no ano de 2021.



2.4 Referências bibliográficas e outras

- ALEXANDRE, Valentim - A Real Companhia Velha no primeiro quartel do século xix: o contexto internacional – CEPSE
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado (2012) - Estruturas vinárias da Lusitânia e Gallaecia meridional - *De vino et oleo Hispaniae*. AnMurcia, 27-28, 485-494
- AMARAL, J. Duarte (1994) - O Grande livro do Vinho – Círculo de Leitores
- COSTA, Cincinnato (1900) - O Portugal Vinícola – Imprensa Nacional
- COSTA, Miguel, MACHADO, Jorge, LOPES, Hugo, ALMEIDA, Tiago (2011) - Lagares rupestres, vinários, do concelho de Viana do Castelo – Cadernos Vianenses - Tomo 45, p. 67- 98
- CULTIVAR (2021) - Cadernos de Análise e Prospetiva - A vinha e o vinho - N.º 24
- CULTIVAR (2021) - Cadernos de Análise e Prospetiva - A vinha e o vinho - Separata da Edição N.º 24
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPCentro)
- DUARTE, Daniel Sousa (2012) - Caraterização molecular da biodiversidade de *Vitis vinifera* - Universidade de Aveiro
- Eurostat - Estatísticas Europeias
- FREIRE, Dulce (2010) - Produzir e beber – A questão do Vinho no Estado Novo (1929-1939) – Âncora Editora
- GRAÇA, António R. (2012) - Conservar a biodiversidade da *Vitis Vinifera* em Portugal: um suporte estratégico da exportação dos vinhos portugueses - Revista Enologia
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP)
- Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (IVV)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- J. CUNHA, J. BRAZÃO, M. TEIXEIRA-SANTOS, F. BAEZA, P. FEVEREIRO, J.E. EIRAS-DIAS, 2021-2022) - Contributo para o conhecimento da origem das variedades de videira cultivadas em Portugal – Vida Rural
- LOUREIRO, Virgílio (2011) - Origem das Lagareta Escavadas na Rocha e Estilo de Vinhos: Conjecturas de um Enólogo – Revista Vinho, História & Património
- MAGALHÃES, Nuno (2015) - Tratado de Viticultura – a videira, a vinha e o terroir - Esfera Poética
- MARTINS, Antero (2009) - Videiras silvestres antecessoras das actuais castas - Enologia 53/54:8-10.
- MARTINS, Conceição Andrade Martins (2008) — A “era de progresso” da viticultura nacional. In CABRAL, Manuel Villaverde et al. (eds.) — Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS. Cap. 2. Lisboa: ICS, p. 69-87.
- MARTINS, Conceição Andrade Martins (1991) - A Filoxera na viticultura nacional - Análise Social, vol. XXVI (112-113)
- MARTINS, Conceição Andrade Martins (1996) - A intervenção política dos vinhateiros do século XIX - Análise Social, vol. XXXI (136-137)
- Organisation Internationale de la Vigne et du Vin (OIV)
- PEREIRA, Maria da Conceição F. B. (2007) - Ação e património da junta nacional do vinho (1937-1986) - Universidade Aberta
- Recenseamento Agrícola (2019) – Edição de 2021 – Instituto Nacional de Estatística
- SEQUEIRA, Carla (2011) - O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecionismo: a «questão duriense» na economia nacional - CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» Edições Afrontamento
- SIMÕES, Orlando (2005) - A institucionalização da vitivinicultura portuguesa no início do séc. XX: a esfera do vinho comum (Revista: Douro, Estudos & Documentos, nº 20: 269-293)
- SIMÕES, Orlando (2003) - A regulação do mercado do vinho em Portugal: uma análise de longo prazo – ESAC
- SIMÕES, Orlando (2006) - A vinha e o vinho no século XX: Crises e Regulação - Celta Editora
- TENTE, Catarina (2007) - Lagares, lagareta ou lagariças rupestres da vertente noroeste da Serra da Estrela, in Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 10. número 1. 2007, p. 345-366
- TOGORES, José Hidalgo, FERNÁNDEZ-CANO, Luís Hidalgo (2019) - Tratado de Viticultura - Ediciones Mundi-Prensa Viniportugal







www.drapc.gov.pt